

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO UNINI NO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ/AM**

FRANCILEIDE MOREIRA LIMA BINDÁ

MANAUS

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA

FRANCILEIDE MOREIRA LIMA BINDÁ

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO UNINI NO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

MANAUS

2003

FRANCILEIDE MOREIRA LIMA BINDÁ

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO UNINI NO
PARQUE NACIONAL DO JAÚ/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovado em 19 de dezembro de 2003.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Mª do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Yoshiko Sasaki
Universidade Federal do Amazonas

Proª Drª Rosa Helena Dias da Silva
Universidade Federal do Amazonas

Ao
Roberto e Guilherme, esposo e
filho.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas se tornaram imprescindíveis nesta trajetória pelo apoio dedicado. Por isto, externo-lhes meus sinceros agradecimentos:

- **A DEUS** sempre fiel e cuidadoso.

- **Ao Roberto (esposo) e Guilherme (filho)**, pelo amor e carinho e, principalmente, pela paciente espera e imprescindível apoio durante os longos períodos de minha necessária ausência.

- **À minha mãe**, pela força e exemplo.

- **À minha orientadora**, Prof^ª Dr^ª Socorro Chaves, pela qualidade inquestionável de suas orientações teórico-metodológicas que antecedem o período de elaboração desta dissertação e ainda pela singular sensibilidade evidenciada em vários momentos desta produção.

- **Às amigas Adriana e Débora**, pela presença contínua e amadurecido apoio.

- **Aos moradores do Parque Nacional do Jaú** pelos anos de aprendizagem através da troca de conhecimento e valiosas experiências. Em especial à AMORU que, na luta por melhores condições de vida, tem mostrado que no rio Unini é possível ser sujeito no processo de transformação social.

- **À Fundação Vitória Amazônica**, pela disponibilização de documentos e material importantes para a realização deste estudo. Em especial ao Iranildo, Jasylene e Luiz Fernando com quem partilhei anos valiosos de trabalho no PNJ. E ainda, ao Marcos Pinheiro pela importante ajuda na coleta de informações para a pesquisa.

O que queremos é isso: se organizar. E acima de tudo, tem aquela palavra que se fala muito, mas às vezes, só fica no ar. Ela não entra na mente e no coração das pessoas, que a união é que faz a força. Vou contar uma estória pra vocês. Era uma vez um fazendeiro muito rico, ele tinha sete filhos, e era o mais rico da região. Estes filhos dele brigavam muito por herança, um queria mandar mais que o outro. Ele estava perdendo o poder na região porque os filhos eram desunidos. Uma vez ele pegou os filhos dele, e deu uma missão para cada um. Vocês vão para o mato pra tirar dois pedaços de vara. E assim os filhos foram para o mato e tiraram as duas varas de madeira cada um. Aí, se reuniram na frente do pai e ele disse: Agora cada um pega uma vara e quebra. E ai cada um pegou uma vara e fez força até quebrar. Agora - continuou o pai - peguem as sete varas que sobraram e façam um feixe e tentem quebrar. Fizeram força, fizeram força e não conseguiram quebrar. É isso que a gente quer fazer. Porque sozinhos alguém vai chegar e quebrar a vara, mas nós das oito comunidades, junto, fica difícil. Se todas as comunidades ficarem unidas vai ficar melhor. Precisamos, independente do credo, precisamos estar unido.

(Liderança do rio Unini).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo sobre a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini, no Parque Nacional do Jaú. Neste contexto, terá enfoque o esforço coletivo destes agentes sociais em elaborar alternativas que promovam sua emancipação e participação nos processos decisórios que incidem sobre suas condições materiais de existência, através da criação da Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU). Para fundamentar as análises deste trabalho, parte-se da discussão sobre os movimentos sociais e seu papel histórico na construção, articulação e implementação de propostas alternativas para o enfrentamento e superação de problemas sociais. Analisar o contexto onde se inserem os movimentos sociais significa apreendê-los também em sua complexa relação com o Estado, onde, muitas vezes, evidenciam-se interesses contraditórios. De um lado, a luta dos movimentos sociais pela promoção sociopolítica das classes populares. Por outro, o Estado implementa políticas sociais com o objetivo de manter a ordem vigente e assegurar os interesses do capital. No confronto desses interesses emerge uma nova problemática, a crise ambiental, resultante de um processo predatório de uso dos recursos naturais. Esse quadro não se reverte frente às políticas ambientais criadas pelo Estado, pelo contrário se agrava ainda mais, contribuindo para a emergência de novos movimentos sociais: os movimentos ambientalistas. Diante das questões aqui esboçadas, entende-se que a organização sociopolítica dos ribeirinhos do rio Unini, situa-se na questão dos movimentos sociais, e particulariza-se por sua relação com a natureza e presença numa Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional do Jaú.

Palavras-chave: Movimentos Sociais - Estado - Questão Ambiental - Políticas Sociais e Ambientais - Parque Nacional.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMORU	Associação de Moradores do Rio Unini
ASIBA	Associação Indígena de Barcelos
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FVA	Fundação Vitória Amazônica
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Hídricos
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IPAAM	Instituto de Preservação Ambiental do Amazonas
ONG	Organização Não- Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNJ	Parque Nacional do Jaú
RESEX	Reserva Extrativista
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTO	
RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
1. MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas teóricos e formas de organização.....	15
1.1. Movimentos Sociais: bases para uma reflexão crítica.....	15
1.2. Participação e Cidadania nos Movimentos Sociais.....	21
1.3. Movimentos Sociais no Brasil: uma breve retrospectiva histórica.....	27
1.4. Os Novos Movimentos Sociais: sua emergência no contexto sociopolítico.....	31
CAPÍTULO 2	
2. ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	38
2.1. Tendências do Estado e ambigüidades das Políticas Sociais.....	39
2.2. O desenvolvimento econômico e a crise ambiental.....	44
2.3. Política Ambiental: uso dos recursos x populações.....	47
2.4. A interdependência entre as políticas ambientais e sociais na Amazônia.....	61
CAPÍTULO 3	
3. A PROBLEMÁTICA SÓCIO-AMBIENTAL NO DISCURSO E PRÁTICA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA.....	66
3.1. Movimento Ambientalista: determinantes históricos e conceituais.....	67
3.2. O Movimento Ambientalista no Brasil.....	70
3.3. Mobilização dos Movimentos Sociais Rurais na Amazônia diante da Questão Ambiental.....	73
CAPÍTULO 4	
4. ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO UNINI NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ.....	76
4.1. Parque Nacional do Jaú: limites de acesso aos recursos e à reprodução sociocultural.....	77
4.2. Comunidades Ribeirinhas do rio unini: caracterização e particularidades.....	81
4.3. Desafios e enfrentamentos dos ribeirinhos no rio Unini.....	84
4.4. A organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini.....	91
4.4.1. A criação da AMORU.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo sobre a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini, no Parque Nacional do Jaú. O alcance do objetivo proposto implica a abordagem do contexto histórico-estrutural, a partir do qual se definem os elementos que incidem nessa realidade. Além disso, é igualmente relevante, para esta análise, a apreensão da dinâmica particular desses agentes sociais, que se expressa através de suas práticas cotidianas.

As motivações para a realização deste estudo, pautaram-se em primeiro lugar por minha inserção na área do parque como profissional e pesquisadora da Fundação Vitória Amazônica - Organização Não-Governamental ambientalista que atua no baixo rio Negro, no período de 1996 a 2002. Esta inserção, proporcionada pelo trabalho ali desenvolvido, contribuiu para uma maior aproximação com as pessoas que vivem na área do parque e identificação com as questões sócio-ambientais que permeiam o cotidiano daqueles que vivem em área de conservação. Em segundo lugar, pela realização de leituras e participação em discussões sobre a questão ambiental articulada às demandas sociais. Assim, a visibilidade e força dos debates sobre essa questão, e a observação empírica dos processos de organização para o enfrentamento e superação de problemas coletivos, aumentaram nosso interesse em aprofundar essas reflexões.

O processo de desvendamento da realidade político-organizativa que se configura no rio Unini, conduz à apreensão desta realidade a partir de sua articulação com um contexto mais amplo que é a problemática de estarem vivendo no Parque Nacional do Jaú, uma Unidade de Conservação de Uso Restrito.

As Unidades de Conservação (UCs) são criadas com o objetivo de proteger a natureza. Os parques Nacionais são uma das categorias de UCs, e se destinam “a preservação de ecossistemas naturais, à realização de pesquisas científicas e ao desenvolvimento de atividades de interpretação e educação ambiental. Uma vez criados os parques, esse território passa a ser da União. E é administrado pelo IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

Os parques nacionais ocupam um papel importante na proteção ambiental, contudo, a concepção ideológica que norteia a criação dessas áreas de conservação no Brasil, baseia-se no mito da natureza intocada, onde a intervenção humana é sempre vista como negativa. Essa visão preservacionista, preconizada por John Muir (1838-1914), defende a proteção integral de áreas naturais da ação destruidora do homem provocada pelo modelo de desenvolvimento urbano-industrial.

Essa questão apresenta uma dicotomia entre homem e natureza, que para alguns estudiosos é superficial, no sentido de que a natureza, ao contrário do que muitos pensam, não é imutável, mas dinâmica, inclusive por sua interação com comunidades humanas. Nesta abordagem também se admite que ao longo dos anos, o desenvolvimento do processo urbano-industrial causou grandes prejuízos à natureza, portanto, são estas ações que devem ser proibidas no processo de conservação da natureza.

Seguindo o modelo de proteção ambiental preservacionista, foram criadas as áreas de parques no Brasil, sem considerar a ocupação das populações locais, que foram

expropriadas não somente da terra, mas também da força e do produto de seu trabalho, de seu modo de vida. Em alguns casos essas populações foram expulsas, outras permaneceram nas áreas protegidas sob forte repressão e restrições quanto ao uso dos recursos naturais.

Os recursos financeiros para o gerenciamento das áreas dos parques são limitados e pouco pode ser feito no sentido de implementação das atividades necessárias para o pleno funcionamento da UC, incluindo as restritas ações de fiscalização. A escassez de recursos para investimento nessas áreas de proteção, a carência de políticas sociais e de alternativas econômicas aliados às restrições de uso dos recursos naturais, geram sérios problemas sociais.

É nesse contexto que se situam as comunidades ribeirinhas do rio Unini, no Parque Nacional do Jaú, que em busca de melhoria de suas condições vida, criaram a Associação de Moradores do rio Unini (AMORU).

Diante deste quadro, busca-se neste estudo abordar a realidade das comunidades ribeirinhas do rio Unini, a partir de seus condicionantes sócio-históricos, reconhecendo que esta não se explica por si mesma, e, portanto não pode ser analisada de forma isolada e descontextualizada. Neste aspecto, SOUZA (1994), reconhece *“que os acontecimentos, a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo.”* (p. 14)

Assim, visando alcançar o objetivo proposto neste estudo, que consiste em analisar a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini, a partir de sua realidade cotidiana e das relações sociais que foram se articulando e interagindo no contexto de sua prática organizativa e nas definições e redefinições de seus interesses e estratégias de enfrentamento das contradições sociais ali presentes.

No processo de investigação foi realizado um levantamento bibliográfico e aprofundamento de literaturas referentes ao tema da pesquisa. O levantamento de dados e informações sobre o universo particular do objeto da pesquisa se deu a partir da organização, seleção e análise de alguns documentos que apresentavam em seus registros importantes informações sobre a trajetória histórica no rio Unini. Estes documentos (relatórios institucionais de reuniões comunitárias no rio Unini, atas das assembléias, entre outros), cedidos pela Fundação Vitória Amazônica, com a autorização das lideranças do rio Unini, revelavam a emergência de um novo fazer coletivo.

Também as entrevistas individuais e em grupo com membros da diretoria – presidente, tesoureiro, 1º e 2º secretários - da AMORU, sobre suas histórias, lutas, desafios, e vivência no parque, forneceram relevantes contribuições para a apreensão da realidade organizativa que se estabelece no Unini, bem como suas estratégias de enfrentamento dos conflitos e das contradições sociais presentes na dinâmica social.

Este trabalho apresenta-se organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, *Movimentos Sociais: paradigmas teóricos e formas de organização*, reflete acerca dos movimentos sociais e sua crescente atuação na construção, articulação e implementação de propostas que integram antigos e emergentes sujeitos sociais, na busca de alternativas para o enfrentamento e superação de problemas socioambientais. Considerando neste contexto, a necessidade de reflexão acerca da participação como elemento fundamental no processo de autonomia.

O segundo capítulo *Estado, Políticas Sociais e Questão Ambiental*, aborda sobre as questões sociais e ambientais enquanto política do Estado. Neste sentido, trata-se de discutir o papel do Estado como gestor da sociedade e a ambigüidade e interdependência de suas políticas sociais e ambientais. Ainda neste capítulo, discute-se sobre a polêmica em

torno da presença de populações em unidades de conservação de uso restrito e como essa realidade se configura no contexto da Amazônia.

O terceiro capítulo, *A problemática Sócio-ambiental no discurso e prática do Movimento Ambientalista*, contextualiza a emergência histórica do movimento ambientalista, um novo movimento social que surge no bojo da problemática ambiental. Nesta abordagem, parte-se de um contexto mais geral, passando pela discussão deste movimento na realidade brasileira e na Amazônia, refletindo, sobre a questão ambiental no processo de mobilização dos movimentos sociais rurais na Amazônia.

O quarto capítulo é dedicado à análise da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini. Inicialmente, é traçada uma breve caracterização do Parque Nacional do Jaú, espaço onde essas comunidades se situam. Em seguida, faz-se uma abordagem sobre as particularidades da realidade social no Unini, desafios enfrentados nesta área de preservação, e estratégias de mobilização e organização social, destacando neste processo a criação da Associação de Moradores do Rio Unini (AMORU).

CAPÍTULO 1

MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas teóricos, formas de organização e luta

Neste capítulo buscar-se-á estabelecer as bases conceituais e históricas que nortearão as análises do movimento social que vem se consolidando no rio Unini, no Parque Nacional do Jaú. Para isto, neste processo de reflexão teórica sobre os movimentos sociais, será dado destaque a duas de suas categorias centrais: a participação e a cidadania. Buscar-se-á também fazer uma breve retrospectiva da trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, evidenciando condicionantes históricos e estruturais, bem como o jogo de forças que se configuram no processo organizativo destes.

Ainda, neste capítulo, será discutida a emergência dos novos movimentos sociais no campo político. Dentro dessa perspectiva, busca-se analisar em que consiste a novidade destes movimentos sociais.

1.1. Movimentos Sociais: bases para uma reflexão crítica

Os Movimentos Sociais se destacam ao longo da história como importantes fenômenos sociais, decorrentes de processos de manifestação de setores da sociedade mediante interesses, demandas e necessidades de grupos organizados. Entretanto, não se pode abordar essa temática sem considerar questões como: o que são os Movimentos

Sociais? Qual seu papel no contexto social? Tais questões nos remetem a um importante debate, cujo aprofundamento buscar-se-á nos postulados teóricos das ciências sociais.

Os inúmeros estudos sobre os Movimentos Sociais têm contribuído para uma maior compreensão de sua complexidade, evidenciando que não existe um conceito único, mas vários, de acordo com os paradigmas utilizados.

Para apresentar neste trabalho a revisão da literatura sobre o tema em questão, partir-se-á das análises de Marx (1984), que mesmo não formulando uma teoria específica sobre os movimentos sociais, fornece-nos importantes contribuições para este estudo em sua abordagem crítica sobre o processo de acumulação do capital e das contradições presentes nas relações sociais. Destacam-se em seus estudos da práxis social dos processos de lutas sociais da classe trabalhadora em busca de transformação na produção da vida material para superação das desigualdades sociais e econômicas estabelecidas no sistema capitalista.

A produção da vida material, como parte da esfera econômica, tem profunda influência na organização sociopolítica dos homens, visto que “[...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”.(ibid., p. 12).

Na concepção materialista da história, adotada por Marx, a realidade objetiva, incide sobre a consciência que, por sua vez, é capaz de transformar esta realidade através de um processo de reflexão crítica e ação organizada. Contudo, essa capacidade de reflexão está condicionada às características da realidade material, pois “como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são, coincide, portanto, com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem”.(ibid., p. 15).

Segundo Marx, a libertação concreta da classe trabalhadora da exploração capitalista só pode ocorrer no mundo real e a partir de meios plausíveis, pois é imprescindível à existência humana a produção dos seus meios de vida. A criação de condições para satisfação de necessidades básicas dos indivíduos, como comer, beber, vestir, ter moradia, entre outras, é um pressuposto de toda História, e primeiro ato histórico. Assim, a construção de uma nova realidade social pressupõe tanto a tomada de consciência das contradições sociais, econômicas e políticas de suas relações¹ concretas, quanto o fortalecimento da organização social com vistas a uma intervenção transformadora.²

A organização e a consciência social são fatores elementares para uma efetiva emancipação da classe trabalhadora. Segundo Marx (1984),

É que cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela, é obrigada apenas para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse comunitário de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas idéias a forma e universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas. (p. 58).

Ao analisar a divisão do trabalho na sociedade capitalista, Marx também fornece elementos para uma teoria dos movimentos sociais ao destacar que:

[...] a divisão do trabalho implica ainda a divisão do interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que adquire, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses do indivíduo e do conjunto, e toma simultaneamente a aparência da comunidade ilusória. [...]. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito do

¹ Para Marx (1984), estas relações não são relações entre indivíduos, mas entre o trabalhador e o capitalista, o camponês e o dono de terras. Em sua abordagem, a ligação entre os homens se dá no plano material da vida imediata, através de suas necessidades e de seu modo de produção.

² Essa transformação, segundo Marx (1984), não se propõe a mudar apenas determinadas condições de vida da sociedade vigente, mas busca objetivamente romper radicalmente com a própria produção de vida existente no sistema atual, consolidando, então, uma mudança qualitativa, uma das leis da dialética.

voto etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si.(p. 43).

De acordo com a perspectiva desse autor, a atuação dos movimentos sociais na sociedade capitalista contribui para o estabelecimento das bases para uma nova ordem social, pautada principalmente no resgate da participação popular, já que historicamente esta foi reduzida ao momento do pleito eleitoral, através do voto, este muitas vezes manipulado segundo os interesses das classes dominantes. Neste aspecto, a ação dos movimentos caracteriza-se como mecanismo de pressão contra as diversas formas de dominação na sociedade.

A análise dos movimentos sociais na perspectiva marxiana possibilita contextualizá-los tanto em seu plano interno quanto externo, de modo a estabelecer uma visão deste fenômeno em sua totalidade. Baseado neste enfoque, observa-se que um movimento social constrói suas demandas segundo condicionantes socioculturais, políticos e econômicos, os quais o vão delineando a partir de um processo de interações e estratégias de ação, refletidas tanto no seu interior quanto no plano externo ao movimento.

Existem várias abordagens utilizadas para explicar o fenômeno dos movimentos sociais, algumas apresentam uma visão mais conservadora, outras uma visão mais crítica. Além dessa classificação, observa-se que alguns estudiosos centram suas análises em elementos macroestruturais, em processos históricos mais gerais; outros enfocam a ação e a experiência cotidiana dos atores sociais; e ainda há aqueles que discutem os aspectos psicossociais.

No quadro de autores que desenvolvem suas análises numa linha mais conservadora, verificam-se os estudos de Parsons. Na abordagem funcionalista adotada pelo referido autor, os movimentos sociais são resultado do “desequilíbrio” e

“instabilidade” de sociedades em processo de mudança ou desorganizadas. Nesta perspectiva, os movimentos sociais caracterizam-se por sua ação desintegradora da sociedade e, portanto, precisam ser controlados. Este controle, segundo a visão do referido autor, conseqüentemente pode se dar após um processo natural de evolução, que obedecem às seguintes etapas: inquietação, excitação, formalização e, por fim, a institucionalização, esta considerada a fase de controle do movimento.

Na abordagem neomarxista de Claus Offe (*apud* GOHN,1997), a questão da instabilidade e desequilíbrio da ordem social gera a perda da legitimidade do Estado, na medida em que este se torna incapaz de intervir com eficácia na superação da crise instaurada, favorecendo os conflitos e a ação social em busca de transformações na estrutura social. Segundo Offe, para se identificar as causas e objetivos dos movimentos sociais, é necessário analisar o contexto político no qual estes estão inseridos, para que possa entendê-los a partir de condicionantes estruturais.

Castells (*apud* GOHN,1997), que estuda os movimentos sociais urbanos, mostra que estes possuem a capacidade de promover mudanças sociais por meio da institucionalização de demandas populares em políticas públicas. Nessa abordagem, não se destaca o potencial transformador dos movimentos sociais, mas o seu caráter reformista.

Numa perspectiva crítica, Gohn (1997) discute como as mudanças estruturais afetam as formas e conteúdos dos movimentos sociais. Nos estudos da autora os movimentos sociais são “[...] fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam”. (p. 20).

Em seus estudos, Ammam (1991) define os movimentos sociais como “uma ação coletiva de caráter contestador, a nível (*sic!*) das relações sociais, objetivando a

transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.(p. 127). Nesse sentido é importante destacar que ao analisar o caráter contestatório dos movimentos sociais esta autora salienta a atuação destes como manifestações de grupos organizados em defesa de seus interesses. Tais interesses podem ser antagônicos e convergir tanto para o estabelecimento de estratégias que combatam as contradições sociais vigentes na sociedade capitalista, quanto para mantê-las.

Scherer (1989), por sua vez, destaca em suas análises o caráter organizativo e o potencial transformador dos movimentos sociais, definindo-os como “[...] uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”.(p. 20). Na abordagem da autora, apesar de adotar a mesma linha teórica trabalhada por Ammam (1991), seu enfoque consiste em destacar a atuação organizada dos movimentos sociais sempre como um elemento de mudança dentro do sistema social.

Ainda na perspectiva crítica, Thompson (*apud* GOHN,1997) traz uma outra contribuição quando analisa os movimentos sociais a partir da experiência histórica e cultural do grupo diretamente envolvido. Thompson dá destaque em seus estudos às experiências “[...] não como simples atos de idéias, mas também como sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram. Experiência como práxis que envolve uma reflexão pessoal e do grupo social [...]” (p. 204). Para este estudioso, as condições materiais, são importantes no processo de formação das classes sociais, contudo não são determinantes, visto que “[...] a classe se constrói na luta [...]”. (p. 204). E esta luta, segundo essa abordagem, não é apenas econômica, é também política e cultural.

Baseado no que até aqui foi exposto percebe-se que no campo do debate teórico há uma grande diversidade de definições que buscam dar conta da complexidade dos movimentos sociais. Diante disto, a análise sobre a realidade específica da organização social que atualmente vem se configurando no rio Unini, no Parque Nacional do Jaú, foco do presente estudo, será fundamentada a partir de teorias marxistas, que para além de formulações unicamente explicativas e justificativas da realidade social, buscam abordar o papel histórico dos movimentos sociais na dinâmica societal. Neste sentido, serão tomados como referência os estudos que apontam o potencial transformador dos movimentos sociais, pela sua força social e ação política, do ponto de vista da perspectiva crítica, buscando articular os determinantes históricos e estruturais, bem como as práticas sociais, experiências cotidianas e estratégias dos sujeitos envolvidos.

1.2. Participação e Cidadania nos Movimentos Sociais

Nesta parte serão apresentadas de modo sucinto duas das principais categorias que fundamentam as análises dos Movimentos Sociais: a participação e a cidadania.

A participação tem sido uma categoria bastante trabalhada por vários estudiosos dos movimentos sociais, dada sua relevância enquanto um imperativo nas relações sociais vigentes, como um dos elementos-chave no processo de democratização do Estado e de mobilização organizativa da sociedade civil³. Existem diferentes tipos e formas de

³ Na abordagem gramsciana a sociedade civil “*é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder*”.(p. 10)

participação, desde aquelas legítimas e até aquelas forjadas, ou seja, que muitas vezes são apropriados por quem está no poder, obstruindo seu verdadeiro potencial transformador.

Dentre os estudos que tratam sobre a participação, destaca-se aquele proposto por Demo (1991), que conceitua participação como sendo um “[...] processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. [...] Não se implanta por decreto, nem é consequência automática de qualquer mudança econômica, porque tem densidade própria, embora nunca desvinculada da esfera da sobrevivência material.” (p. 101).

Nessa mesma linha Souza (1991) traz uma outra contribuição afirmando que

[...] a participação é o próprio processo de criação do homem e da mulher ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais nos quais ele próprio está situado. Como tal é um processo dinâmico e contraditório. [...] a participação, longe de ser política de reprodução da ordem é, sobretudo, questão social. (p. 81).

Na perspectiva proposta por Demo (1991), a emergência de uma participação legítima só é possível se fizer parte de um processo pedagógico que legitime a autogestão, a democracia, a liberdade, a expressão da coletividade e também do indivíduo. Por isto mesmo, como processo, a participação não pode ser algo dado ou imposto, mas deve fazer parte de um projeto de conquista que avança para a construção de uma sociedade desejável.

Nas palavras do autor:

É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é aquela participativa, [...]. A arte qualitativa do homem é a sociedade desejável que é capaz de criar. E isto passa necessariamente pela participação. (...) sobretudo a conquista de nossas potencialidades próprias, de nossa capacidade de autodeterminação, do espaço de criação. (p. 44).

Neste sentido, o processo de conquista da participação constitui-se também num processo de conquista da própria história, a qual passa a acontecer sob a condução

consciente e criativa de sujeitos. Para o referido autor, um processo participativo que esteja comprometido com a transformação social requer a manifestação de pelo menos quatro elementos, quais sejam:

- 1) *a representatividade do movimento social e de suas lideranças*: é importante que os interesses dos grupos socialmente organizados estejam representados tanto nas demandas e lutas do movimento social quanto na atuação de suas lideranças;
- 2) *a legitimidade do processo*: o processo participativo é legítimo quando se baseia na prática da democracia, onde a garantia dos direitos não está condicionada a circunstâncias econômicas, sociais e políticas. A legitimidade do processo participativo não se caracteriza pelas concessões e privilégios de alguns, mas pela igualdade de oportunidade para todos;
- 3) *a participação da base*: é imperativo a efetiva participação da base na formulação de problemas, nas tomadas de decisões, na implementação das ações e na apropriação dos resultados do processo organizativo;
- 4) *o planejamento participativo auto-sustentado*: neste ponto, o autor afirma que convém considerar três questões importantes para este tipo de planejamento. A primeira concerne à capacidade de compreender de forma crítica e consciente os problemas sentidos. A segunda questão diz respeito à formulação de estratégias para superação dos problemas. E a terceira questão refere-se à organização política do grupo envolvido.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade efetivamente democrática buscam consolidar canais de participação que possibilitem seu reconhecimento social e político, a superação das desigualdades, da

exploração, da opressão; que valorize seus saberes; e que potencialize a capacidade criadora do homem.

Em relação à cidadania enquanto categoria central na abordagem dos movimentos sociais observa-se que, neste contexto, esta se expressa não apenas no discurso e na prática destes, como também é alvo principal de uma parcela expressiva dos movimentos sociais. Ao longo da história, essa categoria perdeu força política em alguns espaços, tornando-se mais um jargão utilizado como estratégia de dominação do que o exercício consciente de garantia de acesso a direitos historicamente conquistados e luta pela legitimação de direitos ainda ignorados. Por outro lado, é importante resgatar sua significação no bojo dos movimentos sociais, pois a luta pela cidadania tem sido um de seus principais focos de atuação. Conceitualmente, cidadania pode ter várias definições.

Para Spink (*apud* CHAVES, 2000), a cidadania é:

Um fenômeno social que só pode ser entendido se considerarmos a relação indivíduo-sociedade, a partir do domínio de múltiplas disciplinas, pois extrapola as fronteiras das disciplinas específicas psicologia social, sociologia, antropologia, psicanálise, ciência política, entre outras que atuam em campos também diversos: relações raciais, movimentos sociais, organizações, saúde, subjetividade. Composta por múltiplos prismas: elementos sócio-históricos, determinações estruturais, subjetividade e, também, do saber técnico-científico. (p. 14).

Segundo Marshall (*apud* SANTOS, 1999) a cidadania “[...] é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições; é produto de histórias sociais diferenciadas protagonizadas por grupos sociais diferentes.” (p. 244).

A cidadania cívica e política evidencia-se no primeiro período de desenvolvimento do capitalismo, o capitalismo liberal. Os direitos cívicos são mais universais e apoiam-se nas instituições do direito moderno e do sistema judicial que o aplicam. Os direitos políticos institucionalizam-se através dos parlamentos, dos sistemas eleitorais e dos

sistemas políticos em geral. Nesta concepção, o conteúdo da cidadania, através dos direitos cívicos e políticos, vincula-se diretamente ao princípio do mercado. Isto porque, nas sociedades ordenadas pela ótica liberal, a cidadania é o mecanismo regulador da tensão gerada na relação entre Estado e sociedade, e seu conteúdo precisa estar compatível com os interesses do mercado que governa a sociedade civil. Na abordagem de Santos (1999):

A sociedade liberal é caracterizada por uma tensão entre a subjectividade individual dos agentes na sociedade civil e a subjectividade monumental do Estado. O mecanismo regulador dessa tensão é o princípio da cidadania que, por um lado, limita os poderes do Estado e, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social das suas actividades e, conseqüentemente, a regulação social. (p. 240).

A cidadania social como luta dos movimentos sociais se desenvolve no contexto do capitalismo organizado e transforma-se nos direitos sociais, os quais refletem os interesses dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. Ao contrário da função exercida pela cidadania cívica e política no capitalismo liberal, a cidadania social assume um outro papel e confronta-se com o princípio do capital. Segundo Santos (1999):

[...] no período do capitalismo organizado, a cidadania social, porque se ancorou socialmente nos interesses das classes trabalhadoras e porque serviu estes em grande medida [...], colidiu significativamente com o princípio do mercado, conduzindo a uma relação mais equilibrada entre o princípio do Estado e o princípio do mercado e, com ela, a uma nova estrutura da exploração capitalista, precisamente o capitalismo organizado. (p. 244).

Ao se estabelecer um processo mais amplo de exercício da cidadania, torna-se possível vivências de autonomia e de liberdade, contudo, como aponta Santos (idem), também, neste processo, as formas de exploração e expropriação da classe trabalhadora tomam novas formas, e estas muito mais difíceis de se perceber. Assim, é no exercício da

cidadania que se busca o acesso a direitos historicamente conquistados, bem como a garantia da satisfação de necessidades básicas, representadas sob três aspectos: material (como por exemplo, alimentação, moradia); cultural (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo); e social (relações de poder sejam de igualdade, superação da opressão ou exploração).

Neste sentido, tanto a participação como a cidadania, a partir de uma perspectiva crítica, são elementos centrais na atuação dos movimentos sociais, à medida que estes buscam romper com o autoritarismo e exclusão social e estabelecer um novo nível de convivência social, pautado na democratização dos processos decisórios.

No tópico seguinte, será feita uma breve retrospectiva histórica com o objetivo de entender como as categorias aqui analisadas se expressam no plano concreto da realidade político-organizativa dos movimentos sociais, e como estes vão sendo determinados pela própria estrutura das relações materiais de produção, sem que com isto se ignore sua autonomia e dinâmica interna.

1.3. Movimentos Sociais no Brasil: uma breve retrospectiva histórica

Embora não se tenha o objetivo de traçar uma trajetória histórica detalhada dos movimentos sociais no Brasil, far-se-á uma abordagem sucinta de sua atuação no cenário nacional, no período que compreende os anos 30 aos anos 90.

O desenvolvimento da industrialização no Brasil, intensificado a partir de 1930, determina a derrocada da hegemonia oligárquica rural dando margem à expansão das grandes metrópoles. Com efeito, essa expansão desordenada gerou inúmeros problemas sociais que acabaram por contribuir para a legitimação de um Estado populista. Essa

conjuntura também favoreceu a fragilização organizativa e de mobilização da classe operária através da cooptação sindical. A disparidade entre a oferta e a procura no mercado de trabalho fez surgir novas demandas sociais que foram encaminhadas pelo Estado através de políticas públicas delineadas por propostas paternalistas e ações paliativas.

Na década de 50, houve um predomínio das análises positivistas e funcionalistas de ajustamento do indivíduo à ordem estabelecida. Dentro desse contexto, qualquer manifestação social que questionasse esta ordem era considerada como “disfuncional” e “subversiva”. Contudo, em face das várias contradições e desigualdades geradas pelo desenvolvimento capitalista, os movimentos sociais começaram a emergir no cenário nacional. Foi na década de 50 que as análises marxistas passaram a ser usadas como quadro de referência destes movimentos sociais.

Mediante essa classificação, muitos dos movimentos sociais que emergiram não eram considerados como legítimos, visto que na visão do marxismo ortodoxo, só eram reconhecidos como legítimos os movimentos vinculados a sindicatos e movimentos operários, pois para essa corrente somente a classe trabalhadora poderia transformar a realidade, tendo em vista a trajetória de luta e reivindicações dessa classe.

No período pós-64, onde a sociedade brasileira passou a ser tutelada pelo governo militar, instaurou-se uma política de caráter autoritária, que reprimia toda e qualquer manifestação organizada e reivindicativa da sociedade civil que colocava em questionamento o poder estabelecido.

No final da década de 70 surgiram, no bojo das relações sociopolíticas, algumas mudanças na formação e atuação dos movimentos sociais, resultantes da correlação de forças sociais, das quais se destacaram: o fortalecimento das associações de moradores e

trabalhadores, a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), os movimentos étnicos, feministas e ambientais entre outros.

Silva (1996) aponta que é a partir da década de 70 que se começou a resgatar o local como espaço de emergência de um novo tipo de convivência social. O local, segundo Fischer (*apud* SILVA, 1996, p. 212), “pode estar relacionada ao bairro, ao município, como entornos dimensionadores desse espaço, mas não necessariamente os únicos.”. Passou-se a privilegiar-se o local como campo fértil para a organização e ação de novos sujeitos que questionam a ação governamental e lutam por melhoria da qualidade de vida. Começa a se destacar no cenário sociopolítico um novo sujeito coletivo, que estrategicamente questiona as estruturas de poder e propõe novas formas de organização sociopolítica: os Novos Movimentos Sociais⁴.

Intensificam-se os debates e discussões fundamentados nas análises de Marx e Gramsci que, de um modo geral, favoreceram a formação política de quadros que contribuíram para o crescimento dos movimentos sociais. O potencial revolucionário⁵ destes movimentos sociais fortalecia-se diante da luta por uma nova ordem social, política e econômica.

A década de 80 foi marcada pelo descrédito nas instituições públicas voltadas ao poder, visto que estas estavam distantes das aspirações da sociedade. Além disso, neste período o país enfrentou sérios problemas, como: diminuição da produtividade agrícola, aumento do desemprego, baixa qualidade de vida, altos juros, entre outros. Por outro lado, os novos movimentos sociais foram se consolidando no cenário político através das alianças, negociações e pactos realizados. Busca-se através destes movimentos ampliar os

⁴ Será discutido no trabalho no tópico posterior.

espaços políticos de participação popular, de um lado em busca de atendimento a demandas pontuais, de outro na defesa e conquista de direitos mais amplos.

Um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que em outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. (GOHN, 1995, p. 111).

Por outro lado, neste período, notoriamente, intensificou-se a ação organizada de associações civis e ONGs em busca de uma maior participação popular nos processos decisórios da política nacional, e na gestão do bem público, sendo esta participação pressuposto básico para o estabelecimento efetivo da democracia no país.

Na década de 90, a política neoliberal adotada pelo governo se explicitava através de ações como a transferência de alguns serviços públicos, como: saúde, educação, proteção ao meio ambiente, e outros, para o domínio de empresas privadas. Desta forma, consolidava-se a política do Estado Mínimo. Por outro lado, no cenário político emergia a atuação dos novos movimentos sociais que, devido ao agravamento da problemática social, ganha destaque o caráter mais imediatista desses novos movimentos sociais. Em contrapartida, esses movimentos são precursores na articulação e ampliação de uma nova esfera pública social.

Na análise de Silva (1996), a atuação dos movimentos sociais contribuiu para que na década de 90 houvesse um maior reconhecimento institucional da participação popular na gestão pública. Nessa nova ordem institucional, a descentralização do poder proporciona, em certa medida, maior autonomia aos municípios, favorecendo, assim, a

⁵ Potencial revolucionário porque se via nesses movimentos o germe da revolução radical, marcada pela proposta de mudança do sistema.

participação da sociedade na fiscalização, proposição e gestão de políticas públicas através de canais institucionalizados. A criação dos Conselhos temáticos institucionalizados, Conselhos de definição do orçamento público, entre outros, são alguns dos exemplos do fomento de espaços formais que possibilitam a participação popular.

Deve-se reconhecer que esse processo de redefinição das relações entre Estado e Sociedade, e conseqüentemente o estabelecimento de um novo nível de intervenção destas questões de interesse público, não é linear e muito menos harmônica, pelo contrário, é contraditória e paradoxal. Nessa direção, Silva (1996) salienta que “[...] a mesma proximidade territorial que oprime pode ser potencializada em termos de liberdade através do controle social desse poder em nível local.” (p. 217). Se por um lado observa-se a ampliação de canais de participação e decisões coletivas, fruto da organização, mobilização e atitude propositiva de segmentos da sociedade, por outro, as práticas políticas tradicionalmente clientelistas, paternalistas e corruptas tomam formas ainda mais sutis e eficazes para se manter e se contrapor à construção de um projeto sério de gestão democrática.

Diante do exposto, nota-se que os movimentos sociais, historicamente, têm contribuído para a criação de espaços mais democratizados no interior da sociedade civil. Estes movimentos atuam conforme os condicionantes estruturais e históricos, sendo relevante analisar o cenário sociopolítico do qual fazem parte. A seguir, interessa aprofundar as análises sobre a emergência dos novos movimentos no contexto sociopolítico, destacando sua natureza, interesses, estratégias e atuação frente às demandas e dilemas da atualidade.

1.4. Os Novos Movimentos Sociais: sua emergência no contexto sociopolítico

Para uma expressiva parcela de estudiosos, a emergência dos chamados novos movimentos sociais desafia tradicionais e antigos valores políticos, propondo principalmente uma gestão mais participativa e descentralizada, cuja organização parte da base aliada à liberdade coletiva. A participação popular passa a ser fundamental para que as reivindicações expressem as reais necessidades da população.

Em sua abordagem sobre esses novos movimentos sociais, Sena Filho (1995) destaca que sua novidade, em muitos casos, está ligada às reivindicações em busca da garantia e acesso a direitos sociais, e satisfação de necessidades básicas, reunidas na categoria dos Direitos Humanos. Na análise de Sena, “A novidade dos novos movimentos sociais está no seu crescente número ligado às ocorrências básicas da população, reunidas na categoria de Direitos Humanos [...] contrária a práticas assistencialistas, autoritárias, clientelistas e populistas. (p. 49).

Para Santos (1999), a difusão social da produção foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento dos novos movimentos sociais no cenário sociopolítico. Assim, se por um lado, a contradição gerada pela hegemonia do mercado produz a emergência de novas formas de opressão, ou melhor, possibilita identificar velhas formas de opressão, até então não percebidas. Por outro lado, em contraposição a esta realidade, emergem novos sujeitos sociais e, conseqüentemente, novas práticas de mobilização social, cujos conteúdos e formas são igualmente diversos.

Nessa mesma perspectiva, Semeraro (1997), ao teorizar sobre o pensamento de Gramsci, também aponta que ao se multiplicarem e sofisticarem os instrumentos de

manipulação das classes populares, manifesta-se também por parte destes a vontade de escrever a história com suas próprias mãos. Acrescenta Semeraro (1997):

[...]a construção de sujeitos historicamente ativos e organizados que procuram conquistar a hegemonia com os métodos da democracia, subtraindo-a progressivamente da esfera de influência da burguesia. Por isso, mais do que evidenciar as aberrações do capitalismo, Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que devem aprender a desenvolver as classes subalternas. Estas, mais do que preocupar-se em resistir à opressão, são chamadas a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade.⁶

Observa-se que as causas das lutas destes movimentos pautam-se na busca de novos valores sociais e políticos, do resgate cultural, da melhoria da qualidade de vida, ou ainda de interesses específicos de um determinado grupo social, como grupos de mulheres, de minorias étnicas, de moradores, de jovens. Há aqueles que lutam por causas mais amplas, cujo conteúdo alcança a humanidade no seu todo, como o movimento ambientalista, pacifista, entre outros.

Ao analisar alguns elementos dos novos movimentos sociais, Offe (*apud* GOHN, 1997) chama atenção para a dificuldade que muitos têm em estabelecer a continuidade de suas ações: “[...] eles se assentam, geralmente em estruturas organizativas frágeis [...]. O resultado é o pragmatismo, o pluralismo e a experimentação de diferentes ideologias, sem programas políticos definidos.” (p. 170).

Santos (1999) destaca que, diferente das análises marxistas, no contexto dos novos movimentos sociais, não são as classes sociais que protagonizam as lutas sociais, mas grupos sociais, cujos interesses, como já foram citados acima, podem ser coletivos ou mais específicos, contudo, como afirma o autor, potencialmente universalizáveis.

⁶ Texto apresentado no Congresso Internacional: "Antonio Gramsci: da un secolo all'altro", organizado pela International Gramsci Society, no Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, Nápoles, 16-18 out. 1997.

A partir dos paradigmas europeus as características básicas dos novos movimentos sociais, são:

- baseados na cultura dos sujeitos sociais;
- põem em questão a teoria marxista, por não dar conta de explicar a ação individual e coletiva dos indivíduos na sociedade contemporânea considerando a partir da perspectiva de suas próprias experiências socioculturais;
- caracteriza-se por sua subjetividade, difusão do ser coletivo, não é hierarquizado;
- luta pela igualdade de acesso aos bens da modernidade, sem deixar de perceber seus efeitos negativos;
- A política é um viés de grande importância no contexto desses novos movimentos sociais.

Outras características dos novos movimentos sociais são destacadas por Evers (1984) que afirma que eles possuem “[...] um número relativamente baixo de participantes, estruturas não burocráticas e até informais; formas coletivas de tomadas de decisões; [...] modos pouco teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento, etc. [...] Sua capacidade inovadora baseia-se em seu potencial para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais quotidianas. (p. 14).

Para Scherer (1994), o potencial político e inovador desses novos movimentos sociais está na construção de novas práticas e relações sociais.

Os novos movimentos sociais ganham força e significação contra formas de alienação e despersonalização crescentes, sob as condições sociais do mundo contemporâneo. Sua relevância e possibilidade histórica estão baseadas no que, mesmo sob condições difíceis, podem contribuir com uma ‘mudança de valores’ para a sociedade. (p. 20).

Segundo Melucci (*apud* GOHN,1997), os novos movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização e superação das desigualdades sociais.

Do ponto de vista de sua concretude histórica, um novo sujeito social e histórico começa a compor o cenário sociopolítico brasileiro no final da década de 70. Para Eder Sader (1988), provavelmente as greves operárias no ABC (SP) e a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, entre o período de 1978 e 1985, tenham sido decisivas na transição de uma nova forma de sistema político. Juntava-se à greve dos operários outros grupos organizados da sociedade civil, como comitês de associações de moradores, Ordem dos Advogados, Comissão de Justiça e Paz, entidades estudantis, sindicatos, organizações de mulheres, negros, artistas, entre outros. A Igreja, em sua ala mais progressista, também apoiou a greve, ocasionando um sério conflito com o governo autoritário da época. Formava-se um movimento histórico, onde grupos de diferentes origens solidarizavam-se, fortaleciam-se e lutavam em torno de um mesmo objetivo. Segundo Sader (1988):

O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real. (p. 27)

Em sua análise histórica, Sader (1998) relata que a organização e o fortalecimento do movimento operário contribuíram significativamente tanto para “[...] alterações de fato

nas esferas da política salarial, da liberdade sindical, do direito de greve, como fundamentalmente provocou o nascimento de novos atores no cenário político.” (p. 26).

Diante dessa realidade categorias como o cotidiano, a autonomia, as alianças passaram a fazer parte dos estudos e análises desse novo sujeito coletivo. Para melhor percebê-lo, seria preciso voltar o olhar também para as esferas micro da vida social. Importa acentuar que a novidade desses movimentos sociais não consiste em reconhecer sua inexistência anterior à visibilidade de sua intervenção na realidade. O que surgiu de novo nesses movimentos sociais é que se percebeu que os enfrentamentos das contradições sociais poderiam se dar em outros espaços, que não somente aqueles tradicionalmente atuantes, como é o caso do movimento sindical.

Os novos estudos realizados sobre os movimentos sociais trouxeram à luz novos elementos dessa realidade, aprofundando não apenas o conhecimento sobre movimentos sociais clássicos que historicamente destacaram-se no cenário das lutas sociais, como também ampliou-se o debate sobre o novo dos movimentos sociais. Observa-se, assim, que o “novo” dos movimentos sociais vem à tona, porque na produção de conhecimentos incorporam-se novas categorias analíticas, até então ignoradas. Esse novo olhar evidencia novos sujeitos, novas relações e práticas sociais e novos espaços de luta. Enfim, sua constituição enquanto sujeito coletivo antecipa-se às análises teóricas, isto é, “[...] sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado.” (p. 10).⁷

⁷ Chauí, in apresentação do livro: Quando novos personagens entraram em cena.

O agravamento da problemática social e a crise porque passavam os movimentos sociais e instituições (Igrejas, sindicatos, partidos políticos de esquerda)⁸ historicamente consolidados no processo de luta social, contribuiu para o surgimento desse novo sujeito que possui a capacidade de reelaborar suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Nesse contexto, vão se delineando novos discursos, novos significados, novas estratégias de atuação, novos espaços de luta, com destaque para o movimento ambientalista a ser abordado no capítulo posterior deste estudo. Não se trata apenas de algo genuinamente novo, pois há também a reconstrução de tradicionais movimentos sociais, cujas mudanças e transformações experienciadas se fizeram sentir em suas práticas sociopolíticas, no estabelecimento de novos processos e espaços participativos.

O novo sujeito é formado por diversos grupos da sociedade civil, que reivindicam a garantia de seus direitos e o atendimento de suas carências, inaugurando e consolidando novos espaços de luta. Também estabelecendo novas relações com o espaço público,⁹ e trazem para o cenário político estratégias e práticas sociais que expressam suas experiências cotidianas, suas linguagens, seus valores, suas identidades, suas vontades.

A ampliação do espaço de atuação desse novo sujeito e a consolidação de novas relações entre Estado e Sociedade, refletidas no reconhecimento institucional da interlocução das diversas formas de organização social, revelam um novo cenário público onde, segundo Silva (1996), começa-se a admitir a participação direta da participação do

⁸ Sobre a crise desses movimentos sociais Sader (1988) afirma que: A crise da Igreja, “[...] conduz a reformulação de seu discurso e de sua prática, graças a ‘matriz discursiva da teologia da libertação’ ” (p.11). A crise das Esquerdas que apesar da consistência teórica sofreu sob os impactos de sucessivas derrotas em outras décadas, bem como sob os impasses da política internacional. A crise do Sindicalismo, desencadeada principalmente devido a ausência de tradições populares e de uma sistematização teórica, passa a ser superada “[...] graças a matriz discursiva do novo sindicalismo, [...] cuja eficácia será decisiva para repensar e praticar os conflitos na esfera trabalhista...” (p. 11)

⁹ Sader exemplifica o estabelecimento dessas novas relações citando os clubes de mães que passam a perceber seu espaço como imbricado com o público através de relações experimentadas como ampliação da

cidadão na gestão pública. Contudo, esta relação entre Estado e sociedade civil organizada é potencialmente contraditória, na medida em que a sociedade capitalista pode apresentar um movimento que se caracteriza tanto pelo conflito de interesses quanto pela harmonia aparentemente legitimada pela concessão de direitos, neste caso pode-se citar a aceitação da participação popular, em determinados níveis, na administração pública.

Esse processo de análise da atuação histórica, desses tradicionais e novos movimentos sociais, nos diversos espaços e canais de lutas, pressupõe ainda uma abordagem da dinâmica da relação destes com o Estado. Buscando ainda entender como este utiliza as políticas sociais como estratégia para mascarar as contradições sociais, e como a pressão, oposição e reivindicações dos movimentos sociais abrem espaço para mudança destas políticas oficiais. Estas questões serão melhor trabalhadas nas reflexões a seguir.

fraternidade. Outro exemplo refere-se às comissões de saúde que valorizam a intervenção pontual e determinada na esfera do Estado.

CAPÍTULO 2

ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO AMBIENTAL

Analisar o contexto onde se inserem os movimentos sociais significa apreendê-los também em suas relações com o Estado, pois o movimento crescente de setores organizados da sociedade se contrapõe às estratégias e projetos governamentais que muitas vezes, pela sua natureza, definem-se a partir de estruturas tradicionalmente manipuladas a favor de quem está no poder.

Por outro lado, este Estado moderno, em sua versão neoliberal, precisa apresentar estratégias e medidas que amenizem os problemas sociais gerados pelas contradições inerentes ao modelo econômico adotado, de modo a viabilizar e defender os interesses do mercado.

Nesse contexto, caracterizado por inúmeros avanços tecnológicos, pela interdependência entre países e por novos padrões de acumulação, insere-se a questão ambiental. E esta, por sua vez, evidencia-se enquanto problemática gerada pelo modelo econômico adotado pela sociedade moderna, que em busca do “desenvolvimento” a qualquer custo, apropria-se e explora os recursos naturais, ocasionando assim, uma crise ambiental em escala global. Esta crise ambiental, pelas suas proporções globais, já não pode ser ignorada, pelo contrário, torna-se problema de primeira evidência, como afirma

Morin (2003). Assim, como a questão social, a questão ambiental passa a ser assumida também pelo Estado através de suas políticas.

Diante de tais questões, busca-se neste capítulo discutir as tendências do Estado e as ambigüidades de suas políticas em resposta à problemática social e ambiental. Neste mesmo enfoque, tratar-se-á essa questão na realidade particular da Amazônia.

2.1. Tendências do Estado e ambigüidades das Políticas Sociais

O Estado historicamente configurou-se como poder articulador geral da sociedade, buscando garantir o controle das relações sociais “[...] pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica.” (FALEIROS, 1991, p. 60).

O Estado de Bem-Estar Social segundo Demo (1991), configura-se como um super-Estado, visto que este “[...] manipula mais da metade dos investimentos produtivos; porque é em muitos lugares, sobretudo nos mais pobres, o maior empregador; porque invade todas as esferas da sociedade, pelo menos com sua burocracia.” (p. 61). Nesta perspectiva, o Estado situa-se numa posição de gestor, mediador e controlador dos conflitos sociais e assume, preferencialmente, um posicionamento político de acordo com as forças dominantes. Rose Mary Serra (1987) complementa:

[...] é a contradição entre a burguesia e o proletariado bem como a luta de classes que dela emana, que nos capacita a compreender a contradição inerente a operação do próprio Estado. Portanto, o Estado possui uma relativa autonomia e não pode ser visto como um mero reflexo da classe dominante. O Estado defende os interesses da classe dominante, mas possui um espaço outro, no sentido de incorporar, por vezes, os interesses da classe dominada. (p. 23).

Portanto, caberia ao Estado de Bem-Estar Social, através das políticas públicas, garantir ao cidadão: saúde, educação, previdência social, entre outros, de maneira que sejam amenizadas as contradições do sistema capitalista. Este perfil de Estado manteve sua solidez por muitos anos nos países desenvolvidos, devido ser este uma instituição fundamental na vida cotidiana da maioria da população.

Em países da América Latina, como o Brasil, não existiu efetivamente um Estado de Bem-estar, pois devido às profundas desigualdades sociais, as políticas públicas não são acessíveis a todos. Na maioria dos casos, são respostas paliativas do Estado para o enfrentamento de problemas sociais decorrentes de um modo de produção que gera exclusão e desigualdade.

As classes populares, mergulhadas nos limites da pobreza, vêm-se excluídas de bens e serviços básicos, como: saúde, educação, trabalho em condições dignas, lazer, entre outros. Portanto, diante dessa realidade, é necessário que o Estado crie políticas sociais para contornar os conflitos e estabelecer a “harmonia” e a “ordem social”.

Segundo Faleiros (1991), as políticas sociais são definidas como “[...] um conjunto de medidas criadas pelo Estado a serem desenvolvidas junto à população como forma de resposta às necessidades imediatas por ela apresentadas, principalmente para garantir a manutenção das desigualdades sociais.” (p. 33). Na abordagem deste autor, as políticas sociais acabam por se articular a estratégias de caráter assistencialistas, as quais consistem “... na proteção de uma ajuda arbitrária, inconstante e vinculada a relações personalizadas entre aquele que ‘dá’ e aquele que ‘recebe’, com ênfase na subordinação do ato de receber. Quem recebe fica devendo favor, fica obrigado a retribuir a doação numa oportunidade qualquer com serviços [...]” (p. 68).

Mesmo diante desse quadro, onde a intervenção do Estado muitas vezes se limita a ações assistencialistas, existem políticas públicas nas áreas da educação, saúde, habitação, trabalho, assistência, previdência, que são conquistas resultantes da luta organizada de vários segmentos da sociedade civil. Santos (1999), ao abordar esta questão, ressalta que a concessão dos direitos sociais, ainda que tenham sido obtidos a partir de pressão e lutas sociais, politicamente este processo, no contexto capitalista, tende a ser trabalhado de maneira a aprofundar a regulação do Estado em detrimento da emancipação popular. Isto implica que os grupos sociais organizados busquem novas formas de cidadania e alternativas emancipatórias.

O estabelecimento desse Estado assistencial, nos países de Terceiro Mundo, com ofertas de serviços que vão desde assistência à saúde, à prestação de serviços sociais e de

infra-estrutura, apresenta uma dinâmica fundamentada em alianças conjunturais, marcadas pela contradição, fragmentação e pouca ou nenhuma transparência.

Observa-se que de modo geral as políticas sociais não prevêm a auto-sustentação daqueles a quem se destina. Pelo contrário, tais políticas intencionalmente criam relações de dependência e “[...] como são produto da estrutura vigente de poder, tendem à domesticação.” (Demo, 1991, p. 56). Em conseqüência, tais políticas, em muitos casos, acabam desarticulando, manipulando, regulando e neutralizando a mobilização e autonomia popular.

Historicamente ocorreram mudanças no papel do Estado capitalista no contexto da sociedade civil. No século XVIII, o Estado orientava-se de acordo com a ideologia liberal, cabendo-lhe manter a “ordem social”, através do controle das esferas política, social e econômica. Após a Segunda Guerra Mundial o liberalismo assume uma nova roupagem e ideologicamente passa a argumentar que o controle do Estado de Bem-Estar Social impossibilitava a liberdade do cidadão, além de ser um entrave à livre concorrência do mercado. A crise desse Estado reflete-se também na deterioração das políticas sociais. Santos (1999) salienta alguns reflexos dessa crise na atuação do Estado:

Invocando a crise financeira [...] o Estado tem vindo a proceder a reestruturações profundas no seu orçamento e sempre no sentido de desacelerar, estagnar e mesmo contrair o orçamento social. Mas mais dramática que a evolução do nível das despesas é a evolução de seu conteúdo. Rapidamente o Estado tem vindo a passar da condição de produtor de bens e serviços para a de comprador de bens e serviços produzidos no sector privado. (p. 214).

Paralelo a essa crise, o neoliberalismo começa a se fortalecer no contexto do sistema capitalista, e introduz significativas mudanças no papel e atuação do Estado. Seu pressuposto consiste em anular o controle estatal sobre a economia, pois tal função compete

ao mercado. Deste modo, constitui-se o Estado Mínimo que defende a liberdade individual, preservando a lei e a ordem e promovendo a livre concorrência do mercado. A este Estado cabe a defesa da liberdade natural de todos os indivíduos e o fornecimento de sua base legal e material pela qual o mercado se desenvolve.

Visto que as desigualdades sociais são tidas como processo natural e inerente à liberdade do indivíduo, as políticas sociais do Estado Neoliberal são eventuais e setorizadas, e cumprem o papel estratégico de estabelecer o conformismo e excluir a participação de grande parte da sociedade nos processos decisórios.

O mercado, por outro lado, amplia sua base interventiva na esfera social, através da produção privada de bens e serviços sociais, do processo de privatização, entre outros, de serviços de proteção social, como é o caso dos esquemas de poupança-privada; e do incentivo ao desenvolvimento de iniciativas sociais, chamadas por Branco (1993) de Associações Solidárias. Sobre essas Associações Solidárias, o autor diz, fundamentado em Rosanvallon, que são “[...] transversais, curtas, próximas, inseridas em relações sociais concretas. [...] permitirá reduzir a procura do Estado pelos indivíduos e grupos, [...], mas não dispensará o Estado [...]” (p.13).

Ao abordar as mudanças nos processos estruturais da sociedade moderna, e a forma como o Estado vai se configurando neste contexto, Hall (2000) acrescenta que apesar do processo de globalização ter se intensificado na década de 70, este não é um fenômeno recente, na verdade, seus fundamentos podem ser observados desde o início do capitalismo, visto que “o capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais.” (WALLERSTEIN *apud* HALL, p. 68). E as bases para a sustentação desse sistema vão se legitimando através de instituições, empresas e corporações, que segundo Ianni (1995), dispõe de todos os recursos para atuar, intervir e até mesmo decidir “[...]”

sobre e além dos governos e fronteiras (...). Estas instituições têm sido capazes de induzir, bloquear ou reorientar políticas econômicas nacionais”.(Oliveira, 1999, p. 120).

Enfim, observa-se o avanço da ideologia neoliberal, através de mecanismos da globalização, que eficazmente reduz o papel do Estado na produção de bens e serviços sociais, e estimula o acúmulo ilimitado de bens e riquezas. As conseqüências deste processo se percebem no crescimento e aprofundamento da exclusão social e, ainda, na degradação ambiental, tendo em vista a enorme pressão sobre os recursos naturais.

Por outro lado, esse Estado também precisa atender aos interesses da sociedade civil organizada, que tanto no cenário nacional quanto internacional tem buscado consolidar, democratizar e legitimar novos espaços de participação social, trazendo para a discussão e formulação de novas políticas sociais, as demandas sociais. Nesta perspectiva, Bressan (1996) resgata a análise de Bobbio, salientando que este é

[...] um Estado que permeia a sociedade mas, em igual medida é permeado por esta mesma sociedade através do desenvolvimento de formas de participação nas opções políticas e do crescimento das organizações de massa que exigem direta ou indiretamente algum poder político. (p.80).

É nesse sentido, que o avanço dos movimentos sociais, não deve se restringir a um ativismo, mas apreender e refletir criticamente, para além das aparências, sobre as engrenagens do funcionamento do Estado e suas formas de atuação e implementação de políticas sociais. Considerando, neste processo de luta, as alterações conjunturais e estruturais que se articulam estrategicamente no cenário político.

2.2. O desenvolvimento econômico e a crise ambiental

As estratégias de “desenvolvimento” econômico iniciado com a Revolução Industrial desencadearam não apenas o aprofundamento das desigualdades sociais, mas também geraram uma crise ambiental, em face do processo desordenado de apropriação e exploração dos recursos naturais.

Diante de uma crise de ordem global, governos e agências internacionais apresentam duas grandes preocupações: a necessidade de redução da pobreza crescente e generalizada nos países em desenvolvimento, que representa uma ameaça ao que se tem chamado de progresso econômico e social; e a urgência em deter com eficiência a destruição ambiental, cujas conseqüências põem em risco os fundamentos naturais da vida.

Segundo Meadows (*apud* KURTZ, 2003), o consumo voraz de recursos e a emissão desenfreada de poluentes podem provocar, num futuro não muito distante, a destruição da própria espécie humana. Mesmo o acelerado avanço da ciência e da tecnologia não consegue conter a pobreza e a degradação ambiental resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista que historicamente fundamenta-se na concentração da propriedade e riqueza por poucos.

A concorrência do mercado exige o aumento da produtividade que estimula o consumo criando novas necessidades, tão descartáveis quanto os produtos destinados para o consumo. Contraditoriamente, acentua-se a crise do desemprego e, conseqüentemente, o consumo mercadorizado, estimulado pela indústria, torna-se cada vez mais inacessível à maioria da população. Santos (1999) observa que esta população é duplamente vitimizada “pela privação do consumo efectivo [*sic*] e pelo aprisionamento no desejo de o ter. Pior que reduzir o desejo ao consumo é reduzir o consumo ao desejo do consumo.” (p. 313). Diante deste quadro, o autor ainda acrescenta que esta massa populacional nem está dentro da sociedade de consumo, muito menos fora dela. Trata-se da lógica do capital, onde o

aumento da produtividade, mais que suprir as necessidades de consumo e criar as condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente está comprometida com a garantia de lucro a uma pequena parcela da sociedade, o empresariado. Além disso, essa racionalidade econômica estimula a superexploração dos recursos naturais o que tem levado ao desequilíbrio dos ecossistemas.

Essa busca incansável por estratégias que promovam um crescimento econômico que privilegie os interesses da classe hegemônica, confere vantagens no plano monetário, contudo seus efeitos negativos traduzem-se tanto pelo agravamento da crise social quanto pela destruição ambiental.

Diante desse quadro, onde pobreza e degradação ambiental são vistos como ameaça ao “progresso” econômico e social, governos e agências internacionais buscam respostas e estratégias que mudem essa realidade, sem, contudo, afetar drasticamente esse modelo de desenvolvimento. Entretanto, como articular propostas de um desenvolvimento que priorize as questões sociais e ambientais aos princípios e interesses capitalistas predominantes nas sociedades contemporâneas? De um lado, tem-se o modelo de desenvolvimento capitalista, baseado, entre outros, na crescente e devastadora exploração dos recursos naturais para atender às demandas de consumo criadas pela industrialização. De outro, busca-se promover um “desenvolvimento sustentável”, cuja premissa, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é usufruir da natureza sem devastá-la de modo a satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer o suprimento das gerações futuras.

O termo “desenvolvimento sustentável”, apesar de amplamente divulgado e utilizado desde sua publicação no Relatório Brundtland, ou como é mais conhecido “Nosso Futuro Comum”, em 1987, como proposta alternativa ao processo de desenvolvimento responsável pelo empobrecimento e exaustão dos recursos naturais, tem sido alvo de

inúmeras polêmicas entre os especialistas que discutem a questão ambiental. Conforme as análises do relatório o crescimento econômico devia ser acelerado, contudo, compatibilizado com a proteção ambiental e a distribuição mais equitativa das riquezas. Partindo desse enfoque, a concepção de “desenvolvimento sustentável”, ainda que apresente alguns elementos novos, continua restrita ao campo da economia. De acordo com o referido relatório, “[...] o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.” (p.49).

Apesar da noção de “desenvolvimento sustentável” ter se tornado uma bandeira que conjuga esforços no sentido de conciliar desenvolvimento econômico, redução da pobreza e proteção ambiental, Solene Herculano (1992) chama atenção para a questão que a proposta de construção de uma nova sociedade passa pelo abrangente campo da filosofia e da ética e não cabe dentro de adjetivações do desenvolvimento.

Nessa mesma perspectiva, Leff (2001) acrescenta que a construção de uma nova sociedade só é possível mediante a evidência de uma nova racionalidade econômica, social, política, cultural e ambiental, que segundo o autor implica não apenas na valorização da natureza e na implementação de novas estratégias de reapropriação dos processos produtivos, mas também em profundas mudanças nos processos que mobilizam e reorganizam a sociedade.

2.3. Política Ambiental: uso dos recursos x populações

Na perspectiva de proteger integralmente grande parte da diversidade biológica são criadas áreas de proteção, dentre as quais estão os parques nacionais. Estes se destinam à preservação de ecossistemas naturais, à realização de pesquisas científicas e ao desenvolvimento de atividades de interpretação e educação ambiental. É de posse e de domínio público e atualmente tem como órgão responsável por sua administração o IBAMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

De acordo com o sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as unidades de conservação ocupam um papel muito importante no que concerne a proteção e conservação da biodiversidade. Os parques nacionais são umas dessas categorias de manejo. As categorias de manejo estão divididas em dois grupos: uso restrito: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica; uso direto: florestas nacionais, reservas de desenvolvimento, reservas extrativistas, reserva sustentável.

O primeiro grupo de unidades de conservação tem sido objeto de polêmicos debates, principalmente no que diz respeito à presença humana nestas áreas, que oficialmente são destinadas à preservação da natureza. Diante dessa questão, há os que defendem a retirada das populações destas áreas, visto que suas práticas, mesmo as consideradas tradicionais, podem diminuir a biodiversidade local, descaracterizando o objetivo prioritário da unidade de conservação. Há também os que se posicionam a favor da presença humana nestas áreas protegidas, associando o baixo impacto a biodiversidade da unidade à baixa densidade populacional e a sua forma de vida tradicional.

Essas diferentes formas de conceber a proteção da natureza, que explicitamente se opõem, fomentam no cenário sociopolítico um debate que incide de forma decisiva nos processos que perpassam a definição, o planejamento e a execução das políticas ambientais. Entretanto, é difícil discutir tais questões sem, contudo, resgatar fatos e processos históricos

que foram constituindo os marcos das definições que ora norteiam as discussões sobre a proteção da natureza.

Historicamente o processo de proteção da natureza através da constituição de áreas de proteção integral dos recursos naturais, teve sua origem nos Estados Unidos com a criação do Parque Nacional Yellowstone, em 1872. A criação deste e de outros parques tinha como objetivo preservar áreas naturais com grande valor cênico, assegurando também seu uso pelas atuais e futuras gerações. Este modelo de preservação através de parques nacionais foi adotado posteriormente por outros países, entre eles o Brasil, por volta de 1937.

A atuação da UICN nas questões referentes à proteção ambiental é significativa tanto no debates em eventos internacionais quanto junto aos governos, através de núcleos conservacionistas. No Brasil essa intervenção se evidenciou no âmbito da estrutura governamental através da implantação de departamentos e encaminhamento de medidas voltadas para a pesquisa e proteção de áreas de conservação. Este processo pode ser observado desde a década de 40 quando foi criado o núcleo de Parques Nacionais do Serviço Florestal com acompanhamento da UICN. Na década de 60, foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) cujas ações, orientadas pelos princípios divulgados pela UICN, estavam voltadas à pesquisa e conservação da natureza.

Na 10ª Assembléia Geral da UICN, ocorrida em 1969, já mencionada anteriormente neste trabalho, definiu-se quais seriam os principais elementos presentes no conceito de um Parque Nacional, padrão a ser seguido e aplicado por todos. Barreto (2001) cita os principais elementos dessa proposta conceitual de Parque:

ParNa seria uma área relativamente extensa onde: (1) um ou vários ecossistemas não tenham sido alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas, as espécies, habitats e demais condições naturais

fossem de interesse científico, educacional e recreativo, e existissem paisagens naturais de beleza excepcional; (2) as autoridades centrais do país tenham tomado medidas para impedir ou eliminar com a maior brevidade possível a exploração e/ou ocupação em toda a área; e (3) as visitas fossem permitidas, sob normas especiais, para fins educativos, culturais, recreativos e inspirativos. (p. 460).

A definição desse conceito de Parque Nacional como área de proteção integral sem interferência da ação humana, a partir da idealização da natureza “intocada”, é paralela às discussões sobre a relação entre unidades de conservação e populações locais, sendo este um dos temas tratados no Terceiro Congresso Mundial de Parque Nacionais, em Bali, no ano de 1982. Contudo, cabe aqui uma questão proposta por Barreto (2001): esse enfoque tinha como objetivo reconhecer “[...] os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual [...]”,¹⁰ ou estrategicamente subordinar os grupos sociais locais a um exercício de engenharia social? Também a preocupação com essas populações, entre outros motivos, respaldava-se no fato de que se relacionava a degradação de muitos parques do Terceiro Mundo à pobreza destas populações.

As discussões sobre a problemática da presença humana em áreas protegidas avançaram, e na Conferência sobre *Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a Estratégia Mundial para a Conservação*, realizada pela UICN, no Canadá, no ano de 1986, já se abordava a questão mais claramente. Sendo reconhecido, nesta conferência, o importante papel das áreas protegidas para o desenvolvimento sustentado, no entanto, o alcance dos objetivos de preservação ambiental só terá validade mediante a solução da questão das populações humanas. Diegues (idem) destaca que dentre as recomendações propostas, foi dada especial atenção aos povos “tradicionais” que “não devem ter seu modo de vida alterado se decidirem permanecer na área do parque, ou que não sejam reassentados

¹⁰ DIEGUES, p.100

fora dela sem seu consentimento. Foi, portanto, ao que parece, a primeira vez que foi tratada de forma explícita a situação de povos tradicionais que vivem em parques.” (p.103).

A aceitação da presença humana em unidades de conservação implica, como assinala Bastide (*apud* BARRETO, 2001), no controle da razão sobre as forças sociais e no conseqüente domínio do homem como parte de uma ação planejada. Segundo Bastide, a consideração da dimensão cultural no planejamento de áreas protegidas de uso restrito, tem sua justificativa mediante possibilidade de implementá-las a baixo custo social, harmonizando os conflitos e as assimetrias.

Em 1992, esse posicionamento de que a presença das populações “tradicionais” dentro dos parques nacionais era possível e mesmo benéfica para os objetivos de conservação ambiental da unidade, foi reforçada pela constatação de que 86% dos parques nacionais da América do Sul tinham populações vivendo no seu interior. Sendo recomendado aos governos que respeitassem a cultura tradicional destas populações e considerassem sua participação nos processos de criação de parques nacionais e de elaboração e implementação de seus planos de manejo.

Cabe aqui dispensar breve atenção às chamadas “Populações Tradicionais”, visto que estas têm sido objeto de intensos debates, não sendo poucas as divergências conceituais em torno deste assunto. Contudo, a discussão sobre populações tradicionais não será aprofundada no âmbito deste estudo, far-se-á uma abordagem sucinta sobre seu significado em razão da relevância que esta categoria possui para a discussão do tema da pesquisa.

Os debates sobre as populações tradicionais têm sido bastante polarizado, principalmente quando envolve sua presença em UCs de proteção integral. Algumas correntes defendem a presença destas populações nas áreas protegidas, “[...] alegando que a baixa densidade dessas populações aliada à forma de vida tradicional causam um impacto

mínimo, compatível com os objetivos de conservação da natureza. [...] outro papel atribuído a estas populações é a defesa dos recursos naturais.”¹¹. Há aqueles que, em conformidade com o posicionamento da lei, consideram qualquer intervenção humana uma ameaça à natureza, considerando que a presença das populações tradicionais nas UCs ferem seus objetivos de preservação. Além disso, de acordo com esta corrente, estas populações podem mudar sua prática tradicional ao estabelecerem relações com o mercado.

É importante observar que, para conservar recursos, é essencial que um grupo social mantenha algum nível de limitação no uso. Isso significa manter o desperdício dentro de limites. Esse pode ser o caso de alguns grupos sociais como os seringueiros. Se um grupo social aprova a caça, essa prática não está infringindo necessariamente práticas de conservação.

É preciso saber se determinadas práticas exercidas por estes grupos sociais são compatíveis com o uso sustentável. Esta questão é levantada por RIBEIRO (2001), o qual acrescenta que a sustentabilidade das práticas destas populações não pode ser analisada isoladamente. Assim, na abordagem da autora, a sustentabilidade da prática da caça

[...] dependerá tanto da espécie de macacos em questão como do tamanho da população humana e das regras que regulam a caça, bem como das instituições que as mantêm. Práticas de manejo da floresta baseadas na agricultura de coivara podem ser sustentável se a densidade populacional for muito baixa.” (p. 1).

Devido às pressões esse debate em torno da questão das populações tradicionais em áreas de preservação passou a ser reconhecida também pelo Estado. O reconhecimento da problemática que envolve esta questão fomentou algumas iniciativas governamentais. Assim, foi proposta no Projeto de Lei dos Parques Ambientais Brasileiros, que instituiu o

¹¹ Extraído dos Anais do Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação.

Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), a definição de população tradicional como sendo “[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável [...]”.⁵ Entretanto, diante da imprecisão, ambigüidade e abrangência da definição proposta, este dispositivo foi vetado.

A despeito da definição e até mesmo abertura para o aprofundamento da discussão sobre a relação dessa população com a natureza e sua permanência nas suas áreas que passaram a ser áreas de preservação ambiental, a grande questão que se sobrepõe a toda esta discussão é: a participação destas populações não apenas como beneficiárias das políticas ambientais, mas como propositoras de tais políticas. E isto implica em que estes grupos estejam socialmente organizados.

Observa-se que apesar do discurso governamental quanto à necessidade de maior colaboração entre Estado e Sociedade civil na criação e manutenção de áreas de conservação, como forma de garantir o futuro dessas áreas, ainda não há canais que efetivamente promovam esse diálogo e a participação.

No Brasil, as políticas ambientais fundamentaram-se predominantemente na perspectiva preservacionista. Nessa perspectiva, a natureza é reverenciada e admirada, de maneira que sua proteção contra a destruição dos efeitos nocivos causados pelos avanços da sociedade urbano-industrial, tornam incompatível a presença e intervenção humana nestes

1996.

⁵ Lopes, Milano. Lei dos Parques Ambientais tem dez vetos. Conheça-os: Presidente veta pena para quem causar dano à flora e à fauna. Folha do Meio Ambiente – Ano 11 – Ed. 107 – Brasília/DF, agosto – 2000. Disponível em: <<http://www.folhadomeioambiente.com.br/fma-107/parque107.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2002.

espaços naturais. Moir, grande teórico e ativista da teoria preservacionista, não atribuía nenhum direito especial ao homem sobre as demais espécies, pelo contrário, em seu posicionamento radical defendia uma natureza preservada, livre da negativa intervenção do homem.

Nesse sentido, as Unidades de Conservação são assumidas pelo governo como uma das formas de proteção da natureza. As UCs são “[...] espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção.” (SILVA, 1990, p. 160).

Os Parques Nacionais, como uma das categorias de UCs, igualmente fundamenta-se na ideologia preservacionista norte-americana que

[...] vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços de natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Baseia-se, sem dúvida, nas conseqüências do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa.” (DIEGUES, 1998, p.37)

Baseado nesse conceito cria-se o primeiro parque nacional brasileiro em Itatiaia, no ano de 1937. Esta área exclusivamente se destina à pesquisa e ao lazer da população urbana. Daí em diante, foram iniciados os processos de escolha de áreas e criação das várias categorias de UCs.

No caso específico dos parques nacionais, o processo de criação ocorreu inicialmente nas Regiões Sul e Sudeste, estendendo-se posteriormente a outras regiões na

década de 60, período do desenvolvimentismo¹² e de acelerado processo de destruição ambiental.

Na Amazônia, a criação de parques ocorreu, a princípio, em virtude das preocupações de cientistas e ambientalistas com o visível desmatamento das florestas da região avançavam sem que houvesse nenhum controle efetivo.

No entanto, o avanço do processo de desmatamento na Amazônia foi estimulado pela própria política econômica adotada pelo governo que tinha como prioridade o estabelecimento das condições necessárias para a implementação de medidas desenvolvimentistas, reforçadas pela ideologia nacionalista.¹³ Tais medidas incentivaram a implantação de uma política de integração nacional que visava a expansão das fronteiras econômicas internas do país.

Nesse contexto, a Amazônia, considerada pelo governo como uma vasta área de terras desocupadas, precisava ser “integrada” ao território nacional através de ações como a construção de rodovias, incentivo à migração nordestina, e investimento na criação de um pólo industrial, a Zona Franca de Manaus, entre outras medidas. Essa forma autoritária de intervenção na Amazônia tem como objetivo último, a exploração das riquezas regionais e da força de trabalho, e a conseqüente expansão capitalista, em detrimento do inevitável processo de degradação ambiental inerente a este modelo de desenvolvimento.

¹² O desenvolvimentismo caracterizou-se pela priorização dada ao fomento do desenvolvimento econômico. Para tanto, era necessária criar uma política de investimento para que fossem criadas as condições para o ingresso de países ditos de Terceiro Mundo no contexto das relações econômicas internacionais. Objetivava-se com isto, que estes países produzissem matéria-prima já escassa nos países desenvolvidos, e consumissem seus produtos industrializados. Tais condições exigiam a modernização dos sistemas de comunicação, transporte, mecanização dos sistemas agrícolas e intensa exploração dos recursos naturais.

¹³ “O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o internacionalismo [...]. O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar o país semicolonial em uma verdadeira nação independente. A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo esta transformação.”(Pereira, 1980, p.100 *apud* LUIZA, 1994, p.71)

Uma leitura mais contextualizada desse período mostra que alguns fatores contribuíram para a intensificação da criação de UCs. Primeiro, a intensificação do processo de criação dessas áreas protegidas ocorreu justamente no período do regime militar e neste contexto, conseqüentemente, o autoritarismo, característico desse governo, restringia ou mesmo obstruía a participação da sociedade em qualquer processo de tomada de decisão. Além do mais ainda era restrita a atuação de movimentos ambientalistas nacionais no âmbito das políticas ambientais.

Assim, nos anos 70 foram criados inúmeros parques nacionais, entre eles: o Parque Nacional da Amazônia (1974); o Parque Nacional do Pico da Neblina, Parque Nacional Pacas Novas e Parque Nacional da Serra da Capivara (estes três em 1979).

As UCs eram administradas pelo IBDF, que em 1979 elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, buscando, com isto, estabelecer as diretrizes para, entre outras ações, criar novas UCs. Pode-se dizer que este objetivo foi alcançado, tendo em vista o grande número de UCs criadas entre os anos de 1979 e 1983, o maior da história do Brasil.

Também se destaca nesse período de aumento de UCs, de proteção integral, a forte interferência de organizações internacionais como o Banco Mundial e o BID, nas questões relativas a proteção da natureza. Estas organizações enfocavam a criação de UCs como uma das ações prioritárias na área ambiental e tinham como garantia do cumprimento das normas de conservação ambiental, o endividamento externo, ao qual estava submetido o país.

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em substituição ao IBDF, devido este órgão estar comprometido com grandes indústrias, permitindo o desmatamento florestal. Entretanto, a posição do IBAMA quanto à proteção

ambiental continua a mesma de seu antecessor. Este posicionamento se evidencia no documento elaborado a partir da avaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação. Diegues (1998) cita um trecho desse documento, elaborado em 1989, sob o título: *Sistema Nacional de Unidade de Conservação: aspectos conceituais e Legais*. Diz o trecho:

A ocupação da terra pelo homem, ampliada em larga escala no transcurso do presente século como decorrência inevitável da expansão demográfica descontrolada e do rápido desenvolvimento tecnológico, permite antever que, em futuro não distante, as derradeiras regiões realmente primitivas do planeta serão somente aquelas submetidas a regimes especiais de proteção. (p. 117).

Diegues (1998) cita outra parte do documento, onde era proposta a criação de outras UCs como forma confiável de proteção da natureza.

A forma mais eficiente de reduzir o ritmo desse empobrecimento irreversível, e em muitas situações a única possível, é o estabelecimento de uma rede de áreas naturais protegidas, selecionadas com base em um planejamento abrangente, obedecendo a critérios científicos, nas quais se resguarde o maior número possível de espécies animais e vegetais, bem como os ecossistemas hoje existentes. (p.117).

Observa-se que a preocupação e a defesa da proteção integral da fauna e flora seriam legitimadas por critérios científicos, sem, contudo mencionar a participação da sociedade nos processos de criação e implementação de áreas protegidas.

Ao se propor à demarcação de áreas protegidas sem a presença humana, como forma de preservar a natureza em nome das gerações futuras, impõe-se nesta proposta uma separação entre conservação da natureza e democracia, justiça social e direitos humanos. Essa questão foi discutida no Seminário Internacional sobre “Presença Humana em

Unidades de Conservação”,¹⁴ sob a prerrogativa de que assumir essa separação implica em manter uma posição de concordância com a manutenção das desigualdades e injustiças sociais. E neste contexto, conserva-se a natureza para quem? Quem serão as futuras gerações que gozarão destas áreas? Qualquer grupo social ou uma pequena elite privilegiada por sua posição socioeconômica.

Diegues (1998) reforça essa abordagem quando afirma que essas áreas protegidas, legalmente deveriam beneficiar a todos, mas que ao final torna-se o paraíso das populações urbano-industrial. Ao se referir ao afastamento das populações tradicionais das áreas onde se estabelecem os parques nacionais, o autor expõe seu questionamento quanto a ética desta ação.

Na maioria das vezes o discurso e prática da preservação através da criação de parques nacionais, acabam por implementar uma política de expropriação dos espaços coletivos ocupados historicamente por populações tradicionais.

Na visão das populações tradicionais, a criação arbitrária de UCs é uma forma de expropriação de seus direitos:

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. (p. 64).

Mesmo quando a possibilidade da permanência humana é discutida, esta orienta-se sob a perspectiva da conservação, seguindo a tendência e recomendações de organismos internacionais (UICN), que apontam a permanência de populações tradicionais como sendo

¹⁴ O Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, foi realizado em Brasília, no período de 26 a 29 de novembro de 1996, com o objetivo de discutir as propostas legislativas que visavam estabelecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

possível e até benéfica desde que estas estejam plenamente integradas aos objetivos da unidade. Barreto (2001) trata sobre esta questão, onde comenta que “[...] a permanência das pessoas em seus lugares é vista como um benefício que se lhes oferece, uma concessão de risco em troca da aceitação da *uc (sic)* e da adoção de uso e manejo dos recursos que se revelam sustentáveis.” (p. 10).

A reflexão sobre o processo histórico de criação e implantação de áreas protegidas como espaços territoriais que dispõem de importantes atributos naturais que precisam ser preservados, evidencia também uma problemática social, onde em detrimento de uma proposta de preservação ambiental, os grupos sociais que vivem nestas áreas são tratados de forma excludente. Esta exclusão também é observada na proposição dos objetivos que orientam a criação e ordenam a implementação dos Parques Nacionais, as quais além de atenderem aos critérios de preservação ambiental, devem necessariamente possuir algum tipo de atração para o público visitante. Diegues (1998) chama atenção, para o fato de que as atividades propostas para uso e funcionamento destas áreas de preservação, voltam-se para o atendimento de populações externas, às quais busca-se oferecer oportunidades de recreação e educação ambiental. Contudo, cabe indagar como ficam os grupos sociais que habitam essas áreas?

Nessa perspectiva, a relação entre população e meio ambiente é vista basicamente sob duas óticas. Uma como incremento populacional que afeta a capacidade de carga do ecossistema terra. Segundo essa perspectiva, a mais ortodoxa do pensamento neomalthusiano, os pobres seriam os responsáveis pelo esgotamento dos recursos e pelo aumento acelerado da poluição perante o lento processo de recuperação dos ecossistemas. Isso simplesmente porque, segundo essa visão, são os pobres os que têm as taxas mais altas

de reprodução. Apesar de historicamente se constatar as fragilidades e superficialidades das análises neomalthusianas no sentido da população crescer em forma exponencial enquanto os recursos naturais o fazem de maneira aritmética, tal pensamento ainda é hegemônico na política que discute a questão ambiental.

O segundo enfoque, também hegemônico no discurso ambiental mundial, é que os pobres seriam os responsáveis de grande parte da destruição do meio ambiente, sobretudo nas áreas rurais, porque as técnicas que utilizam, atrasadas, não permitem conservar os ecossistemas. Observa-se que a partir destas perspectivas a questão social é considerada somente como ponte para avaliar a sustentabilidade ecológica.

Outro aspecto a ser considerado nesse processo de aceitação da presença humana em UCs de uso restrito, também passa por questões de âmbito mais operacional, o fato de que o IBAMA não dispõe de recursos financeiros suficientes para fazer as desapropriações necessárias nessas áreas de conservação. A realidade é que este órgão governamental dispõe de verba limitada até mesmo para seu funcionamento e pagamento do quadro de pessoal.

Há que inventar formas de conferir direitos e cidadania a estas diferentes concepções de organização social, por tanto tempo oculta aos olhos do poder. Mas há também, ao fazer isto, de respeitar-lhes as regras internas, não submetendo-as (*sic*), necessariamente, a um olhar controlador. É preciso entender que essas diferenças foram até hoje capazes de subsistir, apropriando-se de parcelas de poder, reproduzindo-se, apesar de seu não reconhecimento [...]. (LIMA 1989, *apud* DIEGUES, 1998, p. 69).

Nesse sentido, Ghimire (1993 *apud* DIEGUES, 1998) acrescenta que a discussão em torno da presença de populações tradicionais em áreas protegidas, não se limita a resolução dos conflitos gerados com a criação da UC, ou em prever a sua presença na área,

mas passa também pela criação das condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida destas populações dentro da área.

Não obstante ao processo de exclusão, o governo propõe mudanças nos procedimentos metodológicos de planejamento de Unidades de Conservação de proteção integral, buscando incorporar nesta proposta as noções de “manejo adaptativo” e planejamento “participativo”.

Entretanto, essa realidade exige mudanças, pois o processo verticalizado de criação e implementação de áreas protegidas confrontam-se com direitos fundamentais, conquistados historicamente e garantidos constitucionalmente. Atualmente, apesar da criação de alguns canais de negociação, e admissão do governo que em alguns casos a presença humana nos parques nacionais é positiva e até mesmo necessária para a construção e legitimidade dessas áreas de proteção ambiental, na prática, ainda se mantém uma postura pouco flexível quando se trata de “fazer valer a lei”. Neste caso, fala-se de uma lei que não atende às particularidades da realidade sociocultural dos grupos sociais locais, que é pouco flexível, que está muitas vezes a serviço da elite dominante.

2.4. A interdependência entre as Políticas Sociais e Ambientais na Amazônia

As formulações e desenvolvimento das políticas públicas na região amazônica foram construídas historicamente a partir da lógica e interesses de uma minoria dominante. Dominação esta, inerente ao próprio processo de colonização das novas terras, recém-“descobertas” e com grande potencial de exploração de seus recursos naturais e mão-de-obra. Chaves (2000) relata que:

Em sua meta de instaurar a plena soberania lusitana na região, o modelo de colonização ignorou ostensivamente as formas de organização social, as relações de produção e de propriedades existentes. A ocupação da terra, via posse, sem respeitar as formas tradicionais de propriedade tornou-se traço marcante, padrão de ocupação territorial na Amazônia. (p. 12).

Assim, a formação socioeconômica da região amazônica foi orientada por uma racionalidade eurocêntrica, onde as ações políticas de integração buscavam: “(1) manter intocada a estrutura fundiária concentrada ao buscar atenuar o conflito pela terra desencadeado pelo processo de expropriação em outras regiões do país e (2) promover a articulação da região ao capitalismo em âmbito nacional (Centro-Sul do país) e internacional”¹⁵

Tanto o ciclo da borracha quanto outros ciclos econômicos propostos para a região apresentaram determinantes comuns entre si, como a integração econômica da região ao mercado interno e externo, processo este que se deu completamente à margem da participação das classes populares locais, tratados apenas como força de trabalho. Esta exclusão da participação popular dos processos decisórios evidenciou-se na esfera das políticas públicas, as quais atendiam somente as demandas sociais “[...] no sentido de torná-las capazes de exercerem o papel de mão-de-obra para atender ao padrão produtivo.”¹⁶ Historicamente as políticas sociais articulam-se com a inclusão, reprodução e exclusão da mão-de-obra no processo de produção.

Por outro lado, as políticas sociais não são efetivadas, seguindo uma continuidade estática na relação Estado e sociedade. As articulações, alianças, estratégias, mobilizações, organização e pressão social estabelecem condições para a criação de novas políticas

¹⁵ *Ibid.* p.54

¹⁶ *Ibid.* p. 55.

públicas mais voltadas aos interesses e demandas sociais, embora limitadas pela força do poder político e econômico vigentes.

Apesar dos discursos elaborados, diversos e até divergentes, questões como a sustentabilidade dos recursos naturais distam muito de qualquer prioridade, em especial quando relacionadas às áreas de reservas. (SIMONIAN, 2000, p.9).

A autora reconhece que após a Eco-92, houve uma maior articulação entre Estado, sociedade e instituições internacionais no sentido de investir maiores esforços na implementação de projetos, políticas e ações que favoreçam a conservação dos recursos naturais. Entretanto, a autora chama atenção para o fato de que, a despeito do discurso oficial, tais investimentos, tendo em vista os interesses em jogo, não conseguem dar respostas que atendam às demandas sociais e ambientais. Diante desse quadro, ampliam-se os problemas sociais e ambientais diante da desordenada e agressiva exploração dos recursos naturais, reforçando a ineficiência do Estado em estabelecer políticas voltadas ao manejo, assegurando o respeito e o envolvimento dos grupos sociais locais nos processos de criação e gestão das áreas de reserva.

Simonian (2000) chama atenção para outro aspecto igualmente importante na postura governamental quanto a formulação de políticas ambientais destinadas a áreas de proteção ambiental.

Segundo a análise de Simonian (2000), as políticas públicas especificamente voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais apresentam três tendências. A primeira delas enfoca o entendimento das “populações tradicionais” sobre políticas públicas, desenvolvimento e recursos naturais. Reconhece-se que estes grupos possuem uma relação de interdependência com seu território e os recursos naturais.

Diante dessa perspectiva, Simonian chama atenção para outros aspectos dessa relação, que longe da compreensão romantizada do bom selvagem, também apresenta elementos que exercem eventuais impactos sobre o ambiente, contudo, em suas práticas cotidianas e tecnologias desenvolvidas, estas populações chamadas tradicionais, contribuem para a conservação. Diante de seu fortalecimento sócio-organizativo, estes têm contribuído no processo de reflexão e mudança nas propostas das políticas públicas. Observa-se, no entanto que este reconhecimento nem sempre implica viabilidade de recursos institucionais e financeiros.

Na segunda perspectiva, há um predomínio de concepções cujo processo de desenvolvimento econômico gera uma exploração destrutiva dos recursos naturais. Segundo Simonian (2000), neste contexto as políticas públicas são resultantes do autoritarismo governamental e se caracterizam por sua ação antinatureza, anti-sustentabilidade dos recursos naturais e antiinteresses das maiorias sociais. Este processo pode ser percebido, sobretudo, na forma excludente e arbitrária como são criadas e mantidas as áreas de reserva, o que gera inúmeros conflitos e forte resistência dos grupos sociais locais.

Ora são os próprios interessados, indígenas ou não-indígenas, a discordar dos métodos utilizados nos processos de criação, (...). Conseqüentemente, são limitados os avanços na discussão em torno da presença humana em habitats essenciais para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.(Simonian, 2000, p. 17).

A institucionalização de uma unidade de conservação, a área passa a ser patrimônio da União. Aqueles que antes circulavam livres estão sob a autoridade de um órgão governamental que fiscaliza e controla suas ações. Essa autoridade se materializa através dos postos de fiscalização, colocados em pontos estratégicos da área, e se personifica através do gerente do parque e seus agentes institucionais.

A terceira perspectiva prioriza propostas de desenvolvimento que busquem articular as dimensões: ambiental, econômica e social. Como exemplo, Simonian (2000) cita as propostas de recuperação de áreas degradadas através de tecnologias agroflorestais e o “manejo sustentado” de espécies madeiráveis. Entretanto, na visão da autora, embora prevaleça no discurso governamental tendências à proteção ambiental, na prática, contraditoriamente, predominam políticas e ações públicas insustentáveis do ponto de vista ambiental e social. Na abordagem de Leff (2001), tais políticas são muito mais compatíveis com os propósitos de um modelo de desenvolvimento que privilegia a razão tecnológica sobre a organização da natureza.

Na análise de Silva (1999), as políticas de Meio Ambiente implementadas pelos órgãos governamentais, em sua maioria, são instáveis e de baixa capacidade de implementação. Esta realidade pode ser observada, entre outros, nos processos de implantação e manutenção de unidades de conservação, onde o governo tem inúmeras dificuldades não apenas em disponibilizar recursos humanos e financeiros para a fiscalização e gestão dessas áreas, mas também de estabelecer um diálogo com os grupos sociais ali residentes.

CAPÍTULO 3

A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NO DISCURSO E PRÁTICA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

No cenário atual a questão ambiental tem sido objeto de intensos e constantes debates, marcados pela diversidade de concepções, posicionamentos, interesses e, principalmente, pelo desafio de encontrar propostas que viabilizem a superação, ou pelo

menos amenizem os efeitos nocivos da degradação ambiental, contraditoriamente gerada pelo próprio homem.

Nesse contexto, surgem nos países desenvolvidos movimentos ambientalistas posicionando-se contra o acelerado processo de poluição e destruição dos recursos naturais, em virtude do modelo de desenvolvimento econômico. Este movimento desenvolve-se e projeta-se nos diversos segmentos da sociedade, tanto em âmbito nacional como internacional.

Mesmo com particularidades em relação a outros movimentos de cunho ambiental, o movimento que se configura no rio Unini pode ser reconhecido como tal. Daí a importância de discutir a natureza desta modalidade de organização social, partindo do enfoque dos movimentos ambientalistas, tendo em vista a necessidade de criar as bases teórico-analíticas que irão fundamentar este estudo.

Para efetuar esta abordagem, o presente capítulo está seqüenciado da seguinte forma: no primeiro tópico aborda a trajetória histórica dos movimentos ambientalistas. Em seguida destaca sua emergência no contexto brasileiro. Por último, reflete-se sobre a questão ambiental no processo de mobilização dos movimentos sociais rurais na Amazônia.

3.1. Movimento Ambientalista: determinantes históricos e conceituais

Na abordagem desse tema far-se-á uma breve contextualização histórica do surgimento da questão ambiental como questão fundamental no processo de reflexão dos paradigmas norteadores do modelo de desenvolvimento econômico que nega a natureza, situando o surgimento de um novo movimento caracterizado pela preocupação com a problemática ambiental.

A preocupação com a questão ambiental pode ser observada já no início do século 20, quando conservacionistas¹⁷ norte-americanos, liderados por Gifford Pinchot, realizaram o primeiro Congresso Conservacionista Norte-Americano, para tratar da questão da conservação do meio ambiente e alertar que este não era um problema nacional, mas de ordem internacional. Também os europeus, sob uma perspectiva mais preservacionista,¹⁸ apresentavam em congresso internacional a necessidade da criação de um órgão internacional de proteção da natureza, sendo assim, criada em 1913, uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza.

As ações dos movimentos ambientalistas foram limitadas em decorrência das duas guerras mundiais, sendo retomado o debate e a divulgação da problemática ambiental com mais intensidade somente no início do século 20, com grande respaldo da comunidade científica. Leis (1999) salienta que esse processo de retomada no pós-guerra enfrentou grandes dificuldades, visto que a “[...] a guerra tinha sido acompanhada por uma austeridade que todos queriam abandonar e substituir pelo consumo e a prosperidade.” (p. 73).

Aos poucos as discussões em torno da questão ambiental vão se ampliando e ocupando espaço nas organizações internacionais. A Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), fundada depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947, incluiu em seus programas a proteção da natureza, resultando no apoio à criação da

¹⁷ O Conservacionismo defendido por Pinchot fundamentava-se em três princípios: “[...] o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.” (DIEGUES, 1998, p. 29). Essa proposta de uso da natureza posteriormente viria fundamentar as bases teóricas do discurso do desenvolvimento sustentável. Essa questão foi tratada no capítulo 2.

¹⁸ O Preservacionismo, corrente teórica oposta ao conservacionismo, fundamenta-se na “[...] reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.” (DIEGUES, 1998, p.30). Esta questão foi tratada no capítulo 2.

União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN). No ano de 1948, foi instituída, por cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), a IUPN, que, em 1956, passou a ser União Internacional para a Conservação da natureza e dos Recursos Naturais (UICN), com o objetivo de:

[...] promover ações de cunho científico, de modo a garantir a preservação destes recursos, dos quais todos os seres vivos dependem, não apenas por seus valores culturais e científicos intrínsecos, mas também para o bem-estar econômico e social da humanidade.” (BRESSAN, 1996 p. 26).

A UICN, junto com outras agências internacionais, organizou vários congressos e conferências para discutir sobre a conservação dos recursos naturais, apontando a necessidade de aprofundar os estudos científicos sobre a questão ambiental de modo a considerar os impactos causados pelo modelo de desenvolvimento econômico.

Leis (1999) chama atenção para o fato de que apesar da relevância histórica de tais eventos na promoção da temática ambiental em escala mundial, e de todo o respaldo da comunidade científica e a crescente mobilização de organizações não-governamentais, não houve, naquele momento, por parte dos governos, um posicionamento efetivo quanto a questão. Sobre isto, escreve o autor:

Os governos (e o sistema político em geral) seriam testemunhas silenciosas, por mais duas décadas, dos esforços produzidos basicamente nos campos científicos e não-governamental, para só então incluir em suas agendas aquelas conclusões. A amplitude e capacidade de previsão das resoluções dessas conferências são uma prova de que elas foram o primeiro marco importante da emergência do ambientalismo no cenário mundial. (p. 76).

Na década de 60, os impactos causados pelo modelo econômico que orientou o processo de industrialização, urbanização e modernização evidenciaram com mais veemência a crise ambiental já anunciada pelos movimentos ambientalistas. Neste período,

foram realizados importantes eventos e mobilizações que além de denunciarem a existência de problemas ambientais globais, apontavam para a necessidade de cooperação entre os países e a urgência de um redimensionamento dos processos predatórios do modelo econômico. Leis (idem) aponta este momento como o da descoberta das implicações políticas das teorias e práticas ambientalistas.

Nesse contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, em 1972, ganha destaque por apresentar propostas que vão nortear a elaboração de uma agenda internacional sobre meio ambiente. Este evento foi um marco no processo de expansão da temática ambiental nas esferas governamentais, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento. Entretanto, vale ressaltar que essa adesão dos governos necessariamente não implicou comprometimento com a causa ambiental. Em muitos casos, os investimentos eram escassos e as ações, medidas e projetos paliativos.

O papel dos movimentos ambientalistas, embora tenha uma articulação para além das fronteiras nacionais, apresentam particularidades em sua forma de organização, trajetória histórica, conforme a estrutura sociopolítica, econômica e cultural de cada contexto onde estes ocorrem.

3.2. O movimento Ambientalista Brasileiro

No Brasil, até o final dos anos 70, a economia brasileira fundamentava-se na proposta desenvolvimentista, cujo enfoque, priorizava o “desenvolvimento” em detrimento dos impactos negativos que este modelo pudesse causar ao ambiente. Este descaso com a questão ambiental, por parte do governo brasileiro, evidencia-se não apenas por seu

posicionamento oficial na Conferência das Nações Unidas de 1972, como pela ausência de leis e políticas ambientais.

A Conferência da ONU em Estocolmo pouco refletiu no Brasil, principalmente no que diz respeito à opinião pública. Este processo se deu em consequência do momento político pelo qual passava o país, caracterizado pela repressão e autoritarismo. Além disso, os interesses econômicos de estímulo à transferência para o Brasil de indústrias poluentes, rejeitadas em seus países de origem, colidiam com as preocupações e propostas ambientais. Tais interesses eram determinantes na definição do posicionamento contrário do governo diante do reconhecimento da importância da problemática ambiental.

Na segunda metade da década de 70, surgem alguns grupos de ativistas ambientalistas nas principais cidades do Sul-Sudeste com o objetivo de denunciar os principais problemas de degradação ambiental nas cidades. Entretanto, até o fim do regime militar as propostas ambientalistas não influenciaram significativamente o debate político sobre os rumos do desenvolvimento do país. A ideia do crescimento econômico a qualquer preço era predominante naquele momento. Em contrapartida, diante da pressão de organismos internacionais quanto à proteção da natureza, o governo investia na criação de Unidades de Conservação (UCs).

Foi na década de 80 que a questão ambiental tornou-se parte de um debate mais amplo na sociedade. Neste processo, as demandas sociais passaram a incorporar também a problemática ambiental, que era evidenciada por problemas como: buraco na camada de ozônio, aquecimento global, perda de biodiversidade, devastação das florestas tropicais.

O movimento ambientalista não pode ser tratado como um movimento único, pois o mesmo apresenta várias vertentes, algumas até divergentes no que concerne a relação

sociedade e natureza. Dentre eles pode-se identificar diversas modalidades de manifestação do movimento ambientalista.

Há os movimentos especificamente conservacionistas que lutam contra a depleção e pela utilização racional dos recursos naturais. Assim como movimentos preservacionistas que se dirigem à preservação da flora e fauna. Alguns dos movimentos ambientalistas se dedicam especificamente à luta contra a poluição urbana e rural; os movimentos que lutam contra a energia nuclear. Ocorrem com muita frequência, movimentos em favor da adoção de tecnologia apropriada, que pretendem criar nichos sócio-econômicos de utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental.

Na atualidade crescem os movimentos em prol do saneamento básico (água potável, esgoto e lixo) considerados como parte fundamental do ambientalismo no Terceiro Mundo, ainda que não reconhecidos como tais no Primeiro Mundo. Há também os movimentos que se auto-identificam como ecológicos ou ecologistas considerando seus valores e atuação como mais profundos e contestatórios que o ambientalismo. Do ponto de vista organizacional, podem ser incluídas no movimento ambientalista tanto as organizações não-governamentais profissionalizadas quanto os grupos de base comunitários organizados formal ou informalmente.

A ampliação do movimento ambientalistas em meados da década de 1980 pode ser explicada em boa medida pela emergência de valores pós-materialistas num setor da classe média.

O ambientalismo brasileiro foi fortemente influenciado pelo ambientalismo norte-americano e europeu que a princípio baseava-se quase que exclusivamente no combate à poluição e no apoio à preservação de ecossistemas naturais. No início de sua trajetória o movimento ambientalista tinha pouca inserção em meio às classes populares. Contudo, um

setor significativo dos grupos ambientalistas tinha descoberto que o envolvimento dos setores populares nas discussões sobre a questão ambiental seria fundamental. Nesse sentido, grupos do movimento ambientalista começavam a dialogar com outros movimentos sociais sobre problemas comuns.

O debate em torno da questão ambiental se amplia, e passa a fazer parte também do discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, tendo em vista a luta por uma reforma agrária ecológica. Na Amazônia, o movimento organizado de seringueiros e povos indígenas começava a se fortalecer e receber o apoio de entidades ambientalistas. Estes movimentos, historicamente constituídos no contexto da Amazônia, orientam-se por princípios ambientais defendidos estão articulados também com a defesa e a conquista de direitos sociais.

3.3. Mobilização dos Movimentos Sociais Rurais na Amazônia diante da questão ambiental

O processo de mobilização e organização dos movimentos sociais rurais na Amazônia apresenta em muitos aspectos uma dinâmica particular. Observa-se que um dos principais objetivos destes movimentos consiste em preservar suas condições de existência, muitas vezes afetadas por projetos, programas e políticas que, como já foi mencionado, freqüentemente só atendem aos interesses de quem está no poder. Almeida (1994) acrescenta que:

O caráter consensual desse objetivo superou reservas, ressentimentos, desconfianças e competições. O que antes dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimaginadas noutros tempos. Fatores étnicos, raciais, e religiosos usualmente utilizados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas 'minorias' perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças

intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma crise ecológica sem precedentes. (p. 522).

A capacidade de mobilização desses movimentos sociais é fortalecida diante da necessidade de enfrentamento de uma problemática comum. Estes grupos estrategicamente organizam-se em comissões, associações, conselhos, legitimando e ampliando sua força social, nos espaços e processos de negociação de conflitos. Esta realidade pode ser observada na atuação de Associações como a dos Garimpeiros da Amazônia Legal, também o Conselho Nacional dos Seringueiros, entre outros. Neste processo, Almeida ressalta que a atuação destes movimentos não se restringe à superação de problemas localizados, mas por sua estrutura, conseguem ampliar tanto a base de interesse de suas reivindicações quanto potencializa sua capacidade de luta, entre outros, pelas alianças e apoios consolidados junto a outros grupos e organizações da sociedade civil com os quais se identifica.

Como já foi refletido em tópicos anteriores deste trabalho, sobre alguns movimentos históricos, como o movimento sindical, foram, em muitos casos, cooptados pelos governos locais, não representando e muito menos defendendo os reais interesses da classe trabalhadora. No entanto, apesar de o sindicato ter se distanciado politicamente dos interesses das bases populares, tornando sua atuação inexpressiva junto às mesmas, este foi um dos elementos que facilitou a emergência de outros movimentos sociais no contexto rural.

Esses movimentos sociais que surgem no cenário sociopolítico têm exercido pressão, dependendo do nível de organização e mobilização, junto aos órgãos governamentais.

Por outro lado, o Estado em resposta a estas pressões, desenvolve o que Almeida (1994) chama de contra-estratégia, “abrindo” espaço para negociações com estes grupos socialmente organizados, “[...] assimilando as pressões. Todavia, quem vai regendo gradativamente o pano de fundo das negociações por parte do governo não aparece para discutir, e sem fazê-lo dita as regras do jogo.” (*ibid*, p. 533).

Mesmo diante de realidade tão contraditória, alguns movimentos sociais destacam-se na luta contra essas formas autoritárias de poder que se manifestam nas diferentes estratégias políticas de intervenção governamental. São estes, o movimento dos seringueiros, indígena, dos posseiros, dos assentados, dos ribeirinhos, entre outros.

O movimento dos seringueiros consolidou-se enquanto tal, tanto no cenário nacional quanto internacional, na luta pela Reforma Fundiária das Reservas Extrativistas (Resex)¹⁹ e reconhecimento de seu padrão tradicional de uso dos recursos naturais, como forma particular de preservação ambiental. As Resex significaram a delimitação dos direitos dos produtores sobre as áreas utilizadas para coleta, cultivo e moradia familiar, e sobre porções de terra reservadas para uso comum, às áreas de extrativismo. O movimento indígena tem lutado pela demarcação de seu território, pelo direito de uso dos recursos naturais e, ainda, pela sua reprodução sociocultural. O movimento de ribeirinhos vem se fortalecendo na luta pela subsistência e preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, o processo de mobilização, luta desses movimentos sociais locais em busca de defesa de recursos essenciais para sua sobrevivência, tem contribuído para o seu fortalecimento sócio-organizativo, e inserção em espaços políticos, antes negado.

¹⁹ “Denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferidas pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.” (IEA, Plano de Trabalho, 1989 *apud* Diegues, 1998, p. 147).

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO UNINI NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

Neste capítulo, põe-se o desafio maior e mais estimulante deste estudo, que é refletir sobre a organização sociopolítica dos ribeirinhos do rio Unini. Até este momento, traçou-se os fundamentos teóricos que nortearão as análises do objeto desta pesquisa, considerando neste processo os condicionantes histórico-estruturais que interagem direta e/ou indiretamente na dinâmica desta realidade social. Deste modo, as reflexões aqui contidas estarão organizadas da seguinte forma:

Na primeira parte, tem-se uma caracterização do Parque Nacional do Jaú, contexto onde se situam os ribeirinhos. Em seguida, no segundo tópico, serão abordadas as particularidades da realidade social no Unini, bem como alguns dos desafios enfrentados por estes agentes sociais, em virtude de estarem ocupando uma área destinada à preservação ambiental. Por último, no terceiro tópico, proceder-se-á às análises da organização sociopolítica dos ribeirinhos do rio Unini, destacando as estratégias de mobilização social para a criação da Associação de Moradores do Rio Unini (AMORU).

4.1. Parque Nacional do Jaú: limites de acesso aos recursos e à reprodução sociocultural

O Parque Nacional do Jaú, atualmente Patrimônio da Humanidade, foi criado em 24 de setembro de 1980, pelo Decreto n.º 85.200, e tem como principal objetivo conservar toda a bacia hidrográfica do rio Jaú, desde a nascente até a foz. Está localizado no Estado do Amazonas, entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, com uma área correspondente a 2.272.0000 ha. É um dos maiores Parques Nacionais do Brasil e do mundo em florestas tropicais contínuas.

O parque é formado por três rios, o Jaú, o Carabinani e o Unini, sendo que estes dois últimos formam os limites naturais da área do parque. A população do PNJ se distribui ao longo destes três rios. Segundo informações do levantamento censitário feito pela Fundação Vitória Amazônica (FVA) em 1998, viviam na área do parque 930 moradores, destes, 59% ocupando a periferia da área do parque, que é formada pelas comunidades do rio Unini e moradores isolados do rio Paunini e do rio Negro. E 41% dos moradores do parque, estavam vivendo nas margens dos rios Jaú e Carabinani.

Ao se tratar do processo de ocupação do parque, é importante destacar que uma breve retrospectiva histórica mostra que o parque foi criado numa área já habitada. Isto evidencia que sua ocupação não começa a partir de sua implantação. A história social desta área (rio Jaú, Unini e Carabinani) se mistura à história do povoamento da região, e é condicionada por determinantes econômicos, culturais e políticos, que antecedem a criação de UCs na região. Contudo, parte significativa da história de quem reside no parque sofreu profundas mudanças pois, com a criação da UC, o território, antes livre, passa a ser

orientado por inúmeras normas e restrições, especialmente por aquelas relacionadas com o uso dos recursos naturais.

Para a realização da fiscalização da área do PNJ, foi construída uma base flutuante na foz do rio Jaú, onde permaneciam alguns agentes ambientais responsáveis pela vigilância da entrada e saída de pessoas do parque. A implementação das ações nesta UC, a exemplo de muitas outras, restringia-se basicamente à limitada fiscalização dos vigilantes. Assim, as medidas de conservação²⁰, começaram a dificultar a vida das populações residentes na área, principalmente as dos rios Jaú e Carabinani que, pela interferência da fiscalização na área, passaram a ter dificuldades em comercializar seus produtos (agrícolas e extrativistas).

Essa relação verticalizada, centrada no autoritarismo e imposição de normas proibitivas, gerou inúmeros conflitos, tensões e desconfiança entre populações residentes e o órgão gestor do parque, inicialmente denominado IBDF, e anos mais tarde, IBAMA. Diante dessa realidade, que se concretiza através da natureza restritiva e do caráter autoritário das políticas ambientais e ações governamentais, agrava-se, neste contexto, a problemática social, caracterizada pelo aprofundamento da pobreza destas populações.

Observa-se nos rios Jaú e Carabinani, um processo ainda mais explícito de exclusão social, pois se configura um quadro generalizado de carências de bens e serviços sociais. Não há postos de saúde, as escolas existentes são aquelas construídas pela população local, professores e agentes de saúde atuam em condições precárias. Aliam-se a estes e outros problemas, as dificuldades de escoamento para comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas.

²⁰ Algumas dessas normas consistiam na proibição da atuação do regatão na área, dificultando assim, e até mesmo inviabilizando o comércio dos produtos extrativistas e agrícolas.

Evidencia-se neste contexto, a ausência de políticas sociais que viabilizem e assegurem condições de vida mais dignas às populações que vivem nesta UC. Segundo Pinheiro²¹ (2003), constata-se que há um processo gradual de esvaziamento populacional no rio Jaú, em consequência das precárias condições de vida e às pressões do IBAMA quanto à restrição ao uso dos recursos naturais. Salienta o pesquisador:

No rio Jaú, a análise de migração só confirma o nítido processo de esvaziamento da população que está se dando neste rio. As pessoas que ainda residem, de uma forma geral, apresentam o mesmo comportamento descrito acima. Porém, a diferença é que as pessoas do rio Jaú não recebem o mesmo apoio da Prefeitura de Novo Airão, como acontece com as pessoas do rio Unini com a Prefeitura de Barcelos; e talvez o fator mais determinante seja a presença do IBAMA na boca do rio, estabelecendo uma política de repressão à utilização dos recursos naturais e, mesmo que implicitamente, colocando dificuldades para os agrupamentos se consolidarem como comunidades. (p. 101).

Não obstante à saída da área do parque para os municípios mais próximos – Novo Airão e Barcelos – em busca de melhores condições de vida, alguns desses agentes sociais acabam retornando ao parque, visto que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Esse retorno nem sempre é para morar novamente na área, mas para fazer uso dos recursos naturais, passando a desenvolver, em alguns casos, atividades predatórias.

Diante dessa realidade, o que se propõe discutir não é se as populações que estão no parque são “vítimas” ou “bandidos”, mas, o processo de exclusão a que são submetidas, restando-lhes poucas alternativas de subsistência, algumas das quais podem até mesmo caracterizar-se como práticas negativas à conservação.

Nesse sentido, Simonian (2000) questiona se

[...] não deveria haver mais dúvidas quanto aos custos sociais de uma política efetiva de conservação e proteção ambiental, bem como de um

²¹ Pinheiro é pesquisador da Fundação Vitória Amazônica.

desenvolvimento voltado para a sustentabilidade dos recursos naturais e da justiça social. (p. 45).

São inegáveis os avanços nas discussões sobre a presença humana em UCs. Um exemplo é o reconhecimento da existência destas populações em várias áreas de conservação no Brasil. Além disso, discute-se a importância de suas práticas tradicionais e modos de vida no processo de conservação da natureza. E, ainda, a proposta de gestão mais integrada das áreas de conservação. Estes avanços têm contribuído para ampliar a base de participação da sociedade civil na construção de projetos, programas e políticas ambientais menos descontextualizados e mais articulados com a questão social. Contudo, ainda há longa distância entre o discurso e a prática, entre o idealizado e o realizado.

Ainda são raras as experiências de UCs implementadas a partir de um diálogo efetivo com os vários sujeitos sociais envolvidos neste processo. No caso particular do PNJ, o Plano de Manejo²² foi elaborado a partir de uma construção conjunta, envolvendo vários grupos sociais. A parceria entre a Fundação Vitória Amazônica (FVA)²³ e IBAMA foi fundamental para a consolidação deste processo participativo. No entanto, apesar do processo participativo viabilizado na construção do Plano de Manejo no PNJ, ainda as populações locais vivem a mesma situação de exclusão social, econômica, cultural e ambiental.

²² Plano de manejo segundo o substituto do Projeto Lei 2.892/92, “[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade [...]” (FVA, 1998).

²³ Organização não-governamental sem fins lucrativos, que tem por objetivo a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região amazônica, em especial da bacia do Rio

4.2. Comunidades Ribeirinhas do rio Unini: caracterização e particularidades

O rio Unini está localizado na margem esquerda do Parque Nacional do Jaú. Possui uma população de 669²⁴ pessoas, o que equivale a 138²⁵ grupos domésticos.²⁶ Estes dados evidenciam uma maior densidade populacional que no rio Jaú.

É interessante notar que apesar de apresentarem características socioculturais comuns, os rios Jaú e Unini possuem diferentes formas de organização social. Entre outros fatores, essa diferenciação ocorre devido às ações normativas que regem o parque e incidem de forma diferenciada nestes rios. Como já foi visto, nos rios Jaú e Carabinani, onde há a base de fiscalização do IBAMA, há uma maior pressão sobre as populações no que diz respeito às restrições de uso dos recursos naturais desta área.

A atividade produtiva que se destaca no rio Unini é a agricultura, sendo que a maior parte da produção é destinada ao consumo dos membros dos grupos domésticos, o excedente é comercializado junto ao regatão.²⁷ O extrativismo²⁸ é outra atividade bastante desenvolvida no rio. Parte significativa da coleta destina-se à comercialização como complemento da renda doméstica. Devido a essa menor interferência do IBAMA no rio Unini, “[...] a apropriação dos recursos naturais é bem diferente. O extrativismo animal é

Negro, através da utilização sustentável dos recursos naturais e o respeito às diversidades culturais e étnicas no PNJ. (FVA, 1998).

²⁴ Pinheiro, 2003, p. 102.

²⁵ *ibid* 102.

²⁶ No conceito de grupo doméstico a família não é “[...] apenas os membros com laços consangüíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surge aliada aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente formando o grupo doméstico-familiar[...]”

²⁷ Comerciante local.

²⁸ Os principais produtos extrativistas extraídos são: copaíba, castanha, cipó-timbó. (Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade – Área Social: O estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú. 2001)

mais declarado que no rio Jaú, principalmente a pesca comercial, captura de quelônios e caça.”²⁹

No rio Unini existe um número superior de comunidades em relação ao rio Jaú. São 07 comunidades localizadas no rio Unini, 03 no rio Jaú e 01 no rio Carabinani.

A formação das comunidades no parque é relativamente recente, as mais antigas estão localizadas no rio Unini, e não têm mais que 15 anos de fundação. Vários fatores incidem no processo de formação das comunidades no parque, dentre eles destaca-se a necessidade de acesso a bens e serviços sociais básicos, tais como: educação e saúde, “negociados” com as prefeituras locais. Neste contexto, a constituição da comunidade permite um maior reconhecimento e legitimidade do sujeito coletivo. Fazer parte da comunidade significa ter acesso aos bens e serviços alcançados pela coletividade. Nesse sentido, observa-se que há no Unini um movimento significativo de saída das localidades para as comunidades. Observa-se que “O agravamento dos problemas sociais enfrentados pelas populações e a crescente compreensão da complexidade destes acentuam a importância do “estar em comunidade”, enquanto núcleo de vivência e existência [...]”. (FVA, 1998, p.75)

As comunidades no rio Unini, geralmente apresentam a seguinte estrutura: igreja (evangélica ou católica), posto de saúde, escola, centro social, rádio-fonia. Alguns dos cargos existentes: presidente, vice-presidente, professor, a gente de saúde, catequista, entre outros. O líder que ocupa o cargo de presidente fica responsável por administrar o patrimônio comunitário, e negociar junto à prefeitura local, bens e serviços sociais que garantam o pleno funcionamento da comunidade.

²⁹ Pinheiro, 2003, p. 103-104.

O termo comunidade é bastante usado no Unini e significa a formação de um agrupamento de pessoas em busca de acesso a bens e serviços sociais, como escola, postos de saúde, entre outros.

Na perspectiva abordada nesta pesquisa, entende-se que a comunidade:

“[...] se constitui num espaço de construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também da manifestação da diversidade. A comunidade não está associada meramente ao espaço físico, mas fundamentalmente à identificação de interesses e busca de alternativas comuns, mais do que de problemáticas comuns, (...) que implica na percepção do sentido de coletividade, elemento de realização da comunidade. (CHAVES, 1996, p. 29)

Nesta mesma direção, Souza (1994) acrescenta que a comunidade enquanto, componente conceitual, também não pode ser abordada exclusivamente sob o enfoque da dimensão geográfica, visto que “[...] os limites da comunidade podem ser inferiores ou ultrapassar as próprias fronteiras físicas arbitrárias da referida área.” (p. 67). Neste caso, entende-se que os limites da comunidade, para além das fronteiras geograficamente delimitadas, definem-se a partir da dinâmica das relações sociais, de acordo com os interesses, preocupações e enfrentamentos comuns (SOUZA, *idem*).

No rio Unini, apesar da estrutura comunitária estar melhor estruturada que no rio Jaú e Carabinani, muitos problemas são enfrentados; um deles é o elevado índice de analfabetismo entre os adultos é elevado³⁰, chegando a até 50% da população total em algumas comunidades. Esse problema ocorre devido às escolas em geral só atenderem às crianças em idade escolar. Apesar do interesse manifestado em frequentar a escola e aprender a ler, poucas iniciativas foram tomadas por parte dos órgãos públicos para resolver essa questão. Atualmente, algumas comunidades têm aula para adultos.

Segundo o Relatório Final do Projeto Janelas para a Biodiversidade (2001), diante dos vários problemas e desafios enfrentados, os agentes sociais no Unini assumiram algumas posturas, como: passividade diante das imposições externas à comunidade, implementação de soluções paliativas, fomento de estratégias de resistência explícitas ou veladas, e readequação das imposições sob critérios próprios através de estruturação de mecanismos de autoproteção para sobrevivência sociocultural.

Este quadro vem mudando à medida que esses agentes sociais vêm buscando estabelecer estratégias coletivas de enfrentamento dos problemas comuns.

4.3. Desafios e enfrentamentos dos Ribeirinhos do rio Unini

Homem político é aquele que tem consciência histórica. Sabe dos problemas e busca soluções. Não aceita ser objeto. Quer comandar seu próprio destino. E amanhece o horizonte dos direitos contra o dado e contra a oposição. Ator, não espectador. Criativo, não produto (...). Organiza-se para preservar seus direitos.

Demo

Em tópicos anteriores falou-se sobre o processo de criação e implantação de UCs no Brasil e as implicações envolvidas neste processo. No caso específico dos parques nacionais, devido à proibição da presença humana nas áreas destinadas exclusivamente à preservação ambiental, os conflitos com os grupos sociais locais são inevitáveis.

³⁰ Informação levantada do Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade – Área Social: O estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú. 2001.

Estes conflitos nas áreas de UCs são gerados devido ao processo expropriatório de demarcação territorial, a fiscalização, o controle e as restrições quanto ao uso dos recursos naturais, são algumas das limitações que a legislação impõe aos grupos sociais que vivem nestas áreas. Aliam-se a estas condições as dificuldades quanto à negociação e comercialização da produção, ao acesso a bens e serviços sociais, como: postos de saúde adequadamente equipado e com atendimento qualificado, escolas com ensino fundamental completo, entre outros.

No rio Unini, apesar de apenas uma de suas margens fazer parte da área do parque, os problemas citados no parágrafo anterior também são sentidos pelos ribeirinhos que ali vivem. Esta realidade, cercada de restrições e incertezas, é retratada com clareza e até mesmo indignação no depoimento mostrado a seguir:

Porque é um parque, tá certo. Mas será que não vamos poder mais viver? Para onde nós vamos? Aonde eles vão colocar a gente? Numa área igual a essa? Porque é muito bonito botar nós pra fora sem vir aqui. Porque você sabe bem claro, até onde vai a sua picada na mata. Eles têm que indenizar, porque aquilo está trilhada com suor seu. O que eles fazem? acaba como comércio do rio, põem o flutuante na boca. Quem vai viver aqui sem comprar e vender? O que acontece? O cara pega sua mochila e vai embora e não é indenizado. (Membro da Diretoria da AMORU).

Na fala de outro entrevistado observa-se que a natureza das preocupações são sempre as mesmas, a incerteza quanto a continuidade de sua permanência na área do parque.

[...] a gente tá morando num parque nacional né, e sendo ameaçado dia e noite praticamente, e de repente sair de lá e a gente não queria isso, como não quer até hoje, e nós tamos lutando por isso. (Levi)

Os entrevistados mostram em seus depoimentos que têm clareza de que vivem numa UC e que por conta desta condição, são impostas algumas restrições. Mesmo assim,

manifestam o interesse em lutar para permanecer na área, pois está em jogo também o futuro de seus filhos. Esta questão pode ser observada na fala de uma liderança em uma reunião³¹ comunitária.

[...] vamos se unir pra chegar a um objetivo comum, muito importante aqui no Parque Nacional do Jaú. A nossa luta é pelo futuro de nossas crianças. A gente não sabe se vão poder continuar morando aqui como a gente.” (J.E. Presidente da AMORU).

Os trechos destacados nas falas dão uma dimensão de algumas das preocupações e problemas enfrentados por quem vive numa área de proteção ambiental, como é o caso do parque. São incertezas e expectativas que se manifestam diante de uma realidade que se concretiza por meio de um sistema caracterizado por indefinições, intervenções autoritárias e normas restritivas.

Essas restrições incidem diretamente nos modos de vidas destes ribeirinhos, à medida que por força da coerção, precisam incorporar, na dinâmica de sua relação com a natureza e conseqüentemente na dinâmica de sua própria condição de existência, as normas de preservação da UC. A discussão aqui levantada passa necessariamente pelo domínio e posse da terra e pelo direito ao uso dos recursos naturais.

Retomando as análises de Almeida (1994) sobre os movimentos sociais na Amazônia, observa-se que a exemplo de outros grupos sociais locais, também no Unini a preservação das condições de existência e a luta pela terra são alguns dos seus principais problemas. Sendo que por estarem numa área de proteção da natureza, a posse da terra é uma problemática que gera inquietações e conflitos. Um dos entrevistados ressalta esta questão em sua fala:

³¹ Esta reunião foi realizada no período de 26 a 28 de abril de 2002, na comunidade de Manapana, no rio Unini, e constituiu-se no I Encontro da Comissão de Organização da Associação de Moradores do Rio Unini (AMORU). Sobre esse momento falaremos posteriormente. As informações sobre esta reunião foram

Os principais problema enfrentado pelos moradores é, [riso] isso já é bem visado, primeiro é o parque, é a pessoa não ter direito à sua terra...”(J.E., presidente da AMORU)

Ante este depoimento, mais uma vez, fica nítida a insegurança do entrevistado quanto a sua permanência na área que legalmente é do poder público. E ainda que suas ações estejam articuladas com os objetivos da unidade, constitucionalmente, sua permanência na área é ilegal. Esta indefinição tem sérias conseqüências na vida cotidiana dos ribeirinhos no Unini, pois à medida que são submetidos a normas restritivas e proibitivas, tornam-se por vezes, praticantes de atividades consideradas ilegais - se exercidas dentro de um parque – para assegurar sua sobrevivência.

O direito à terra, ao seu uso, respeitando a natureza e a cultura local, faz parte do universo das preocupações e discussões dos ribeirinhos do Unini. Para estes, a terra, é meio de subsistência, de trabalho e produção, e meio de produzir os aspectos materiais das relações sociais. (GODELIER, 1984 *apud* DIEGUES, 1998, p. 83).

Diegues (1998) vai além quando discute que na relação entre as chamadas populações tradicionais e a natureza, a questão do território é um elemento importante, pois não se limita ao espaço físico, mas envolve também as relações sociais ali existentes. Essa particularidade é observada no Unini onde a exemplo das populações tradicionais a dimensão espacial obedece tanto a critérios de uso dos recursos como a referências de localização das comunidades e localidades.

Outros problemas também enfrentados pelos ribeirinhos no rio Unini referem-se às dificuldades quanto ao escoamento de seus produtos (extrativistas e agrícolas) e à pesca

predatória feita por geleiros e em alguns casos por turistas que visitam o parque, conforme se observa no relato a seguir:

Olha na minha visão, o maior problema no rio Unini, eu não vou dizer com todo morador, porque sou agricultora, é o geleiro, e vou dizer o porquê. [...] os geleiros nunca que tiveram consciência de dizer assim: esse lago que vocês moram eu vou respeitar [...] deixa ai pra eles pegar o peixe deles. Na maioria das vezes eles iam à noite depois que todo mundo dormia, e eles invadia [...].(F.E., Suplente do Conselho Fiscal da AMORU).

Esta afirmação é reforçada por outro entrevistado.

[...] bom um dos maiores problemas que eu vejo no meu ponto de vista que a população atravessa hoje, é o mercado da farinha né, tá muito ruim a venda né; A invasão dos geleiros no rio; também as pessoas que vem de fora fazer pescaria desordenadamente [...]. (L. C.S., Vice-presidente da AMORU).

A forma predominante de comercialização dos produtos locais é realizada junto ao regatão ou patrão e consiste na troca de produtos por mercadorias (produtos industrializados). Em poucos casos há a venda direta nas feiras dos municípios mais próximos (Barcelos e Novo Airão)³². Este tipo de comercialização só é possível àqueles que possuem algum tipo de embarcação, entretanto esta não é a realidade de grande parte dos ribeirinhos que vivem no rio Unini.

As dificuldades de escoamento dos produtos, principalmente os agrícolas, expressam a carência de infra-estrutura de transporte e comunicações que oportunizem a

³² Informações retiradas do Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade – área sócio-ambiental: o estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no parque nacional do Jaú (2001) – Fundação Vitória Amazônica.

estes ribeirinhos o desenvolvimento de estratégias alternativas de comercialização, de maneira que o coletivo seja beneficiado de forma igualitária.

No caso específico da pesca, a problemática maior, como se pode observar no relato acima, está relacionada à invasão de geleiros às áreas de uso comunitário com vistas a realização de atividades pesqueiras. Na maioria dos casos a pesca feita pelos geleiros é predatória, e resulta na escassez dos estoques de peixes, base alimentar dos ribeirinhos. As comunidades locais evidenciam sua insatisfação diante das dificuldades que encontram para garantir seu alimento através da pesca. Neste sentido, a dependência de exploração dos recursos naturais constitui-se um problema que ameaça a própria sobrevivência dos ribeirinhos, e esta situação gera sérios conflitos entre comunitários e geleiros.

Diante desta realidade os ribeirinhos percebem a necessidade de uma fiscalização mais efetiva no rio Unini por parte do IBAMA, de modo a minimizar ou mesmo impedir a entrada de agentes externos que desrespeitam as normas da UC e prejudicam a natureza e as comunidades locais. Entretanto, nem sempre é possível contar com a atuação do referido órgão quando ocorrem denúncias, devido a fatores como carência de recursos financeiros e humanos qualificados. Dessa maneira, a cada ano, segundo observações das comunidades ribeirinhas do Unini, intensifica-se a entrada de geleiros, principalmente no período do verão, apesar da oposição e resistência das comunidades e suas lideranças, inclusive, na figura de alguns agentes ambientais³³. Também outro fator que dificulta a entrada de

³³ Os agentes ambientais são lideranças que atuam como colaboradores no processo de fiscalização e proteção ambiental. Estes foram escolhidos por suas comunidades e participaram de um curso de formação de Agentes Ambientais Voluntários promovidos pelo IBAMA em parceria com a FVA. Os critérios para seleção dos agentes foram: 1. que fosse escolhido pela comunidade e que em nome dela exercesse sua função; 2. que exercesse liderança na comunidade; 3. que soubesse ler e escrever; 4. que fosse comprometido com a causa ambiental. O papel do agente ambiental no fortalecimento da organização social das comunidades foi enfaticamente trabalhado no curso. Contudo, vale ressaltar que a atuação dos agentes ambientais foi em certa medida cercada de inúmeras dificuldades e relações conflituosas. Muitos dos agentes formados desistiram da atividade, alguns por não apresentarem um “comportamento” adequado às normas de conservação ambiental,

agentes externos são as cachoeiras que estão localizadas na entrada do rio, tornando-se um obstáculo natural a esse tipo de intervenção.

Além dos problemas já relacionados, é possível constatar outros no contexto do rio Unini, sobretudo àqueles relacionados à carência de serviços sociais básicos, como: postos de saúde mais equipados, escolas com ensino fundamental completo, entre outros. Estes e outros problemas são mencionados pelos entrevistados. Veja-se um dos depoimentos:

Os principais problemas enfrentados pelos moradores, primeiro é o parque (...); Segundo, a educação é muito carente, só é até 4ª série primária. A pessoa começa a pegar o gosto do estudo de repente tem que parar, porque se ele vai pra periferia da cidade aí vai parar, porque a pessoa não tem condições, não tem saber, não tem profissão. Aí vai sofrer muito mais. E o terceiro é a saúde, que não é muito boa. A pessoa tem um atendimento duas vez por ano, quer dizer um caso de doença que deveria ter uma assistência na hora que a pessoa precisar, quando é ao contrário, só quando a pessoa já tiver praticamente morta que eles vêm. (J. E., Presidente da AMORU).

Essas necessidades acabam se constituindo como desafios a serem enfrentados de forma consciente, estabelecendo com clareza as estratégias coletivas de superação destas necessidades básicas. E isto, segundo Marx, é pressuposto básico da existência humana, “[...] os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história”.³⁴

outros por falta de interesse, e ainda aqueles que na tentativa de atuação como agente ambiental não conseguiu apoio nem da comunidade nem do IBAMA. Há aqueles que continuaram as atividades mesmo diante de situações de confronto e eminente perigo, só legitimaram seu papel mediante apoio da comunidade.

³⁴ Marx & Engels, 1984, p. 39.

4.4. A organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini: a criação da AMORU

Se alguém me perguntar com irônico sorriso, se acho que, para mudar o Brasil, basta que nos entreguemos ao cansaço de constantemente afirmar que mudar é possível e que os seres humanos não são puros espectadores, mas atores também da história, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível.

Paulo Freire

Historicamente inúmeros movimentos sociais têm se constituído em oposição às contradições geradas na dinâmica das relações socioeconômicas da sociedade capitalista. Sobretudo, a ação organizada de vários grupos sociais baseia-se na garantia e conquista de direitos que lhes garantam melhoria nas suas condições de vida.

Não é diferente com os ribeirinhos do rio Unini que, no enfrentamento de suas carências e problemas coletivos, assumem-se como sujeitos de sua própria história, através de um processo de reflexão crítica de desvendamento de sua realidade e de construção de formas coletivas de intervenção e resistência aos processos de exclusão social.

Nesse contexto, foi criada a Associação de Moradores do Rio Unini (AMORU), em agosto de 2002. Segundo os relatos dos entrevistados, a criação da AMORU começou a ser pensada concretamente por algumas lideranças do rio Unini a partir da participação destas no Encontro de Ribeirinhos, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste encontro as lideranças do rio Unini tiveram contato com organizações populares de outros municípios do Amazonas e, no decorrer das discussões, identificaram duas questões relevantes. Primeiro, os problemas relatados pelas lideranças eram muito próximos daqueles sentidos por eles no rio Unini. Segundo, essas pessoas estavam organizadas e

lutando por seus direitos. Muitos estavam naquele encontro representando suas associações e mostravam interesses em criar uma reserva extrativista na sua área.

Todo esse processo contribuiu para motivar as lideranças a discutirem também essas questões junto às suas comunidades. Neste Encontro de Ribeirinhos, estabeleceram-se alianças, descobriu-se a identidade política. Veja-se o relato na fala da liderança:

Primeiramente que ninguém nunca tinha visto um evento dessa qualidade [Encontro de Ribeirinhos], em termo de organização. E quando chegamos aqui vimos que eles estavam representando várias comunidades e vários municípios e, de repente, por ver que eles estavam lutando por uma causa que era idêntica a nossa, e aí como nós tinha saído de lá, não sabia nem por onde começar. De repente a Fundação, vale citar a Fundação, porque teve o cuidado de intermediar o nosso nome de lá [refere-se ao rio Unini] e escolher nós e falar aqui na CPT. Porque já tinha acontecido 17 encontro na época, e nunca tinha vindo um caboclo do rio Negro participar de nenhum evento aqui, e como veio nós dois, nós saímos com o compromisso de retransmitir o que tinha passado aqui, retransmitir nas comunidades e assim nós fizemos, aí então eu conversei com companheiro Levi, sentamos e conversamos né Levi. Antes de viajar tomamos essa decisão e prometemos aqui que iríamos copiar. De repente teve a Fundação para nos apoiar né, foi daí que essa vontade da gente criar isso, e se organizar, porque nós tínhamos necessidades que a vida deles não tinha de diferente da nossa. (J. E., Presidente da AMORU).

A participação no encontro teve forte impacto na concepção de organização das lideranças do Unini, que passam a identificar-se com a luta ribeirinha e reconhecer-se como tal. E essa identidade, é assumida como estratégia política. A liderança compreende que a luta na qual se insere é parte de uma realidade mais ampla, que tem mais força política porque está organizada e articulada. Para a liderança da AMORU, tão importante quanto reconhecer-se como ribeirinho, é ser reconhecido enquanto tal. Por tanto, sua participação nos encontros de ribeirinhos faz parte também do processo de afirmação desta identidade. Esta questão se expressa na fala de um dos entrevistados:

Hoje eu me emocionei, o que é o povo ribeirinho, agora eles entenderam, quem somos nós, agora nós vamos ficar cada vez mais reconhecidos como ribeirinhos. (Suplente do Conselho Fiscal)

Neste sentido, configura-se um movimento localizado, mas que amplia sua base de intervenção para além das fronteiras do rio Unini, ao articular-se a outras instituições e movimentos populares.

Ressalta-se também, o reconhecimento do apoio da FVA, não apenas proporcionando a participação no encontro, mas pelas contribuições para a construção de uma organização fortalecida. Esse aspecto da parceria com a FVA será tratado mais à frente.

Além das significativas discussões do encontro, outro momento foi marcante nesse processo de descobertas, conforme pode-se observar na fala a seguir:

Outro ponto fundamental também é, depois do primeiro dia encontro aqui, aí disseram: hoje nós vamos no IPAAM, vamos ter manifestação no IPAAM. Puxa! Que diacho de manifestação é essa? Aí chegou dois ônibus aqui, de repente, 250 ribeirinhos dentro dos ônibus. Saímos pro IPAAM, com carro de som e tudo mais. Aí botaram o carro de som, bem na frente da sede do IPAAM, e lá começou a batucada e gente falando, solicitando a vinda do presidente, quando saiu o presidente do IPAAM, que assinou coisas que ninguém nem estava pedindo, e nós estava lutando com Jutai e Campanazinho, quer dizer, aí já foi um ponto positivo, que a gente viu que unido a gente consegue as coisas. Aí, outro dia saímos pronto ao IBAMA, quando chegou lá, eu até disse pro Levi, tu já apanhou na tua vida da polícia? Vai apanhar hoje. Quando nós vimos aqueles policiais chegar tudo de escudo, borracha e os cacete, pensamos, vamos apanhar hoje. De repente nós vimos o companheiro Adilson, comunicou Brasília né, chegou uma ordem lá, de a polícia baixar o cacete num caboclo daquele a providência vinha de Brasília, direto de Brasília, porque nós tava democraticamente procurando nossos direitos, quer dizer, nos incentivou muito mais. (Presidente da AMORU)

Vários fatores³⁵, histórico-estruturais contribuíram para o fortalecimento da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini, contudo este momento de encontro com outros grupos organizados e a força política destes no enfrentamento de

³⁵ Determinantes como: atuação sócio-organizativa da Fundação Vitória Amazônica; ação do IBAMA; Capacitação de lideranças-chave, histórico das relações socioeconômicas vigentes no rio, entre outros.

problemas coletivos, foi marcante e decisivo, na decisão de criação da AMORU, consolidando um movimento social efetivamente popular.

4.4.1. A criação da AMORU

Segundo os entrevistados e relatórios da FVA, após o Encontro de Ribeirinhos, houve uma reunião na FVA, para discutir a possibilidade de criação de uma associação. Nesta reunião, planejou-se a estratégia de mobilização das comunidades. O próximo passo, consistiu na visita das lideranças que participaram do Encontro de Ribeirinhos a todas as comunidades do rio Unini. A seguir, um trecho da fala de uma das lideranças em reunião comunitária.

Bom dia. Estamos aqui para dizer o que se passou na reunião dos agentes ambientais voluntários em Manaus. Nós participamos desse encontro. Também participaram muitas pessoas de outros municípios e percebemos que existem muitas formas de se organizar. Acho que a Fundação acertou em convocar a gente, porque ainda não tínhamos participado de uma reunião desta natureza dessa que participamos agora. Acho que foi muito bom. Nós começamos a ver a possibilidade de uma organização melhor e sentimos também a necessidade de nos organizar. Quando falamos de organização estamos falando de união. Falamos de um povo unido lutando por um só objetivo que é a melhoria da nossa vida, no nosso dia-a-dia, aqui dentro do parque. (Liderança comunitária do Unini)

Após a adesão de todas as comunidades à idéia de formação da associação, o outro passo foi a criação de uma comissão provisória para discutir e elaborar o estatuto da associação e preparar a Assembléia Geral para aprovação do mesmo e constituição da associação para constituir a comissão provisória, foram convidados representantes de cada comunidade. Várias atividades foram realizadas antes da assembléia geral, tais como: reuniões do comitê para discutir o estatuto, alternativas econômicas, planejamento da assembléia; formação da comissão eleitoral que encaminhou o processo de eleição da

diretoria; mobilização das comunidades; contatos com outras organizações sociais. Há que se destacar também que nesta trajetória, foram muitas as dificuldades e obstáculos enfrentados, dentre os quais se destaca: a falta de recursos para realizar as reuniões do comitê, devido à distância entre as comunidades.

A Assembléia Geral para a fundação da AMORU, realizada em agosto de 2002, na comunidade de Tapiíra, foi um marco na história política das comunidades do rio Unini. Participaram desta assembléia 152 ribeirinhos, além de representantes de várias organizações: FVA, CPT, Associação Indígena de Barcelos (ASIBA), Câmara Municipal e Prefeitura de Barcelos, IBAMA, Caldas Solidária (Barcelona). Foram 03 dias de intensas discussões, debates, reflexões e pacto social, culminando na fundação oficial da AMORU e aprovação, por unanimidade, de seu Estatuto Regimental e de sua diretoria executiva.

Esse processo evidenciou a tomada de consciência dos ribeirinhos e a necessidade de se unirem para enfrentar os problemas comuns. Isto pode ser observado na fala de uma liderança ao dar ênfase à organização social e à força do coletivo na luta por melhores condições de vida, destacando que este processo só será legítimo se estes elementos (organização e união) forem assumidos concretamente pelo grupo.

Bom, em primeiro lugar pela necessidade que a gente tem de se organizar lá no rio. Se você não se organiza você não tem como reivindicar nem seus direitos, eu já vi muita gente com boa vontade né, de fazer as coisas, mas desorganizado não consegue sair do canto. Então tem que se organizar pra poder apresentar as demandas e ter êxito né. Reclamar sempre a gente reclamou a vida toda, mas nunca teve êxito nunca teve resposta dessas reclamações, dessas reivindicações. Nunca teve porque no individual é muito difícil né. [...] no grupo claro que a gente tem muito força, eu abracei a causa. (Vice-presidente da AMORU)

Esse discurso, cheio de significados, expressa em seu conteúdo, os limites impostos por inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano desses moradores e a emergência de um

processo organizativo que se materializa à medida que um novo fazer coletivo vai se delineando e redefinindo o papel sociopolítico de homens e mulheres no contexto do rio Unini.

Os interesses e preocupações comuns presentes no universo da AMORU, não significa ausência de conflitos internos e muito menos de interesses divergentes. Souza (1996) ressalta que a realidade comunitária não é autônoma, mas está inserida no contexto complexo e contraditório de “desenvolvimento” do sistema capitalista de produção, e portanto, permeada por formas de ação e ideologias que reforçam e reproduzem as desigualdades sociais. Assim, compreendendo que a realidade da AMORU é dinâmica e dialética, e faz parte de um contexto maior, é comum que divergências de idéias e conflitos ocorram nesse espaço. Além disto, há ainda aqueles que por não compreenderem o que é uma associação, os interesses que defende, e qual sua força social, põem-se à margem do processo, não se sentem parte da AMORU, não participam, não acreditam que pode dar certo. Essa situação é identificada pelas lideranças.

[...] tem pessoa, agora não é todas as pessoa. Tem gente que fala assim: essa associação não vai dar em nada, porque tantas outras associações que já começaram e não tá funcionando. Vocês não é a primeira, lá [rio Unini] nós sentimos muita dificuldade, nem motor de linha temos pra ir pra li, pra voltar. Tem que ter uma pessoa ou alguém, uma instituição muito interessada que fortaleça isso, pra ajudar porque tem muitas pessoa que não ta entendendo bem ainda não, eu garanto não por mim, mais pelos outros. (Membro da Diretoria da AMORU).

Esse complexo processo de construção de uma nova realidade social implica, entre outros, na superação de relações sociais historicamente mantidas sob práticas paternalistas e autoritárias, bem como o reconhecimento da força da ação coletiva e da importância do assumir-se sujeito histórico. SOUZA (idem) analisa o processo da organização social destes

grupos populares, ressaltando sua ultrapassagem do nível de ação individual para um nível de intervenção coletivo. Nesse sentido, a autora enfatiza que:

A importância dos movimentos sociais está no papel que eles passam a desempenhar no processo de organização popular. Esse processo acontece à medida que a população supera as saídas individuais e recorre a alternativas coletivas. Todo um conjunto de situações de vida passa a ser percebida em seus aspectos comuns coletivos e, como tal, passa ser descoberto em seus aspectos sociais.” (SOUZA, 1996, p.100)

A busca por melhores condições de vida exigiu destes agentes sociais um repensar de suas relações e práticas sociais diante das mudanças vigentes na nova ordem mundial, sentidas em suas atividades e condições materiais de vida. E foi objetivando o enfrentamento e a superação de problemas comuns que as comunidades ribeirinhas se sentiram motivadas a participar da associação.

Os ribeirinhos vêem na associação a oportunidade de lutar, não só pela sobrevivência, mas por uma vida melhor e mais digna. Nas palavras de uma liderança a organização através da AMORU tem como objetivo:

[...] melhorar a qualidade de vida daquele povo que vive naquela região, e tá informando realmente o que é viver de bem né, porque não adianta a gente viver, mais ter, ter e não poder fazer, então isso pra mim não é viver..(E.F., 1º Secretário da AMORU).

Os problemas e necessidades sentidos pelos ribeirinhos do rio Unini, são expressos no conjunto de objetivos a serem alcançados pela AMORU. Os objetivos³⁶ são:

- Criar uma reserva extrativista;
- Assegurar a permanência dos moradores do rio Unini em seu lugar;
- Promover a exploração sustentável dos recursos naturais;

³⁶ Os objetivos citados foram retirados do Estatuto da AMORU.

- Buscar recursos junto ao governo e organizações não-governamentais para melhorar a qualidade de vida dos associados;
- Promover o desenvolvimento educacional, social, cultural e esportivo dos seus associados.

Destacam-se algumas questões a respeito dos objetivos elencados acima. Primeiro observa-se aí uma relação de objetivos imediatos, isto é, inicialmente o que aparece são os problemas imediatos a serem resolvidos, estes se referem à defesa e à satisfação das necessidades básicas. Contudo, o alcance de tais objetivos, requer um exercício contínuo de reflexão crítica da realidade, de maneira que esta seja percebida para além das aparências, evitando desta forma a tendência de muitos movimentos sociais a ações espontâneas e não conscientemente planejadas. Neste sentido, o alcance dos objetivos imediatos são fundamentais para a existência de movimentos sociais como a AMORU, no entanto, são os objetivos mediatos que vão assegurar a continuidade do processo organizativo.

A preocupação com a continuidade das atividades da AMORU é manifestada por suas lideranças, que reconhecem na associação um importante instrumento de luta social, cuja dimensão supera o alcance dos objetivos propostos.

Vale ressaltar também a questão da organização né, que a gente tá organizado, os companheiros já colocaram muito bem. A gente tá perdendo muita coisa por falta de organização. (...) mas, a gente não criou a AMORU só, com a finalidade de se criar uma resex e depois a AMORU acabar né. A gente pensou em criar uma associação. Então a gente montou uma associação. Então pra que desmontar? Então essa associação ela tem o objetivo de caminhar, ela é sem fins [fim] né. com tempo indeterminado né. Então essa associação ela visa dar continuidade nos trabalhos que foram iniciados. Ela envolve também todas as categorias, todas as classes né, como por exemplo: pescaria, agricultura, piscicultura, seja lá o que for, entendeu? educação, saúde, ela agrega todos esses tipos. (L. C. S., Vice-presidente da AMORU).

Outra questão relevante na relação de objetivos propostos pela AMORU é a preocupação com a questão ambiental, evidenciada no primeiro - Criar uma reserva extrativista – e no terceiro objetivo - Promover a exploração sustentável dos recursos naturais. Estes objetivos articulam-se a dois fatores: à noção que os ribeirinhos têm sobre meio ambiente, e também à condição de assegurar estrategicamente interesses. Este aspecto será abordado a seguir.

Quanto à noção de meio ambiente os entrevistados relataram:

Meio ambiente é esse paraíso que a gente tá né, onde a gente luta pra manter ele; porque acabou esse tempo de dizer que as pessoas que tem conhecimento é que preservam, a gente sabe que muitas vezes, realmente são eles, as pessoas que fornecem o conhecimento né, mas é a gente que realmente preserva. A gente que vive lá que é preservador da natureza, então a gente sabe disso e a gente luta cada vez mais pra preservar onde a gente reside que é o interior. (E.F., 1º Secretário da AMORU).

É, meio ambiente tem tudo a ver com a nossa vida, porque meio ambiente é a natureza e meio ambiente é nós mesmo que moramos nele e meio ambiente são animais, são os peixes, isso que é meio ambiente. (Presidente da AMORU).

Meio ambiente é tudo aquilo ali onde eu moro, onde eu vivo. É tá em contato com a natureza, ver tudo aquilo preservado entendeu? A gente quer preservar. A gente luta pra isso, luta, mais a gente quer preservar pro povo que ali reside, ninguém de fora vai chegar e respeitar a nossa a natureza, que é o meio ambiente, é a natureza. Somos nós que vivemos ali dentro. Nós é quem somos essa cadeia na verdade que formam o meio ambiente, a natureza em si é formada por todos nós, ninguém melhor do que nós pra proteger, pra preservar, pra ter o respeito por essa natureza. Muitas vezes o povo que vem de fora só vem agredir. (Suplente do Conselho Fiscal).

Na compreensão de meio ambiente das lideranças, destacam-se alguns elementos. Primeiro, a compreensão de que o homem faz parte do meio ambiente, e portanto não é um elemento estranho à natureza, mas é parte integrante dela. Segundo, destaca-se a sua relação de dependência dos recursos disponíveis na natureza, e por isso a importância de

conservá-la. Terceiro, os discursos apresentados articulam-se com os objetivos do parque. Assim, o conceito de meio ambiente apresentado no discurso dos moradores é resultado de uma construção social e evidencia-se como estratégia de sobrevivência, no contexto de uma unidade de conservação. Essa concepção também se revela nos objetivos da AMORU.

Dentre os objetivos citados, prioriza-se na AMORU a criação da reserva extrativista. A priorização deste objetivo decorre da condição de estarem vivendo numa UC, cuja natureza jurídica torna inviável a permanência na área. Essa questão evidencia-se no comentário a seguir:

Uma das coisas levaram a essa nossa organização, que foi uma das coisas essenciais, foi devido a gente tá morando dentro de uma área que é um parque né. A preocupação da gente tá criando uma reserva extrativista, que foi uma das coisas que já discutimos muito, e que nós tem esse objetivo de criar essa nossa reserva extrativista, pra ver se dá uma qualidade de vida pra população que vive ali naquela área. E com essa criação da reserva extrativista, é a gente pensar de conseguir outros tipos de pessoas investidores, que invista, pra que futuramente aquelas famílias vivam bem, se sintam bem naquele local onde vai ser criado a reserva. (E. F., 1º Secretário da AMORU).

A reclassificação de parte do PNJ, conforme propõe a AMORU, tem respaldo legal e está prevista no Projeto de Lei nº 2.282/92, que cria o SNUC. Segundo a definição deste Projeto de Lei, a reclassificação pode ocorrer mediante a presença de populações tradicionais na área do parque. Em caso de decisão pela reclassificação, esta deve obedecer aos seguintes critérios:

- “obrigatoriedade de que a área reclassificada seja uma Reserva Extrativista ou Reserva Ecológico-cultural;
- a reclassificação de UC de proteção integral deverá ser aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) mediante decisão

motivada. A reclassificação poderá ser feita também por ato normativo de mesmo nível hierárquico daquele que criou a UC (...), a área destinada à reserva Extrativista ou Reserva Ecológica-Cultural não poderá ser superior a 20% da área original;

- Deverá ser celebrado um contrato entre a população tradicional e o órgão gestor da Unidade, no qual constará o prazo mínimo de permanência, as condições de moradia, o uso dos recursos naturais e outras atividades desenvolvidas pelas populações residentes para que não prejudiquem os ecossistemas protegidos, bem como a definição dos deveres do órgão público.”³⁷

Os membros da diretoria têm compreensão de que a trajetória a ser percorrida é longa e difícil, e requer clareza dos objetivos a serem alcançados, mobilização, instrumentalização, participação popular, fortalecimento da organização social de modo que esta continue refletindo os interesses e preocupações dos agentes envolvidos, ênfase em ações propositivas, estabelecimento de alianças. Entretanto, nota-se na abordagem da liderança que a motivação maior para continuarem lutando é a esperança de que é possível a construção de uma nova realidade social, onde direitos sociais básicos podem ser reconhecidos, como o direito à terra e ao seu uso racional.

Eu acredito que novos horizontes estão se abrindo para nós. Com a criação da Reserva Extrativista nós vamos ter um documento que assegura a nossa permanência e até mesmo vai facilitar para alguma coisa. Por exemplo, um aposentado, o velhinho, já estamos começando a falar de um

³⁷ Fundação Vitória Amazônica, (1998). A Gênese de um Plano de Manejo: O Caso do Parque Nacional do Jaú. Manaus, p. 101-102.

fruto que pode vir, ele tem dificuldade que não tem documento da terra e era agricultor. Este documento fornecido pelo IBAMA, depois que nós concluir esta etapa, pode ser reconhecido como morador daquele lugar, para ele provar que tem um pedaço de terra, que é uma área liberada e o IBAMA deixou à vontade para nós trabalhar naquele lugar. Isto pode facilitar também para financiamento de banco e estas coisas todas. Mas isto é coisa para o futuro [...]. (Vice-presidente).

Esse processo expressa a concretude do exercício da cidadania, a partir do qual se resgata a potencialidade insterventiva de sujeitos sociais, que conscientes buscam assumir a direção de sua própria história. Porém, não é possível tratar de cidadania sem falar também em participação.

Na abordagem de Demo (1991), é através da participação que se resgata o potencial dinâmico da ação popular, resultando no desencadeamento de um processo democrático e conseqüentemente de conquistas. Na visão dos entrevistados, a participação significa ação, estar presente e intervir nos espaços de luta, de forma a assegurar o debate a reflexão. De acordo com as observações do grupo entrevistado, não há participação se não houver organização, pois ambas estão intimamente ligadas. Vejam-se as respostas sobre o que é participação.

Participação é ta participando ativamente do que ta acontecendo. Ta por dentro dos assuntos que realmente tão sendo discutido, isso pra mim é ta participando.” (E. F., 1º Secretário)

Participação é as pessoas participar das coisas. Ele se organizar, mas não participar de nada de nenhum evento, não adianta. Tem que participar da luta pelo seu bem-estar, pela uma melhoria de alguma coisa que ta faltando em suas áreas que moram, isso que eu tenho como participação. (Presidente da AMORU)

Além dos aspectos já mencionados acrescenta-se à concepção de participação dos entrevistados, o caráter coletivo implícito no processo de participação e seu potencial político que se legitima em face do amadurecimento da organização.

Participação eu acho e seguinte: é participar mais, procurar mesmo ver o lado da associação, a gente né, tá participando mais, você ter mais desenvolvimento vai aprendendo mais, eu acho que a participação em primeiro lugar, se você participa você tem conhecimento.” (Suplente do Conselho Fiscal)

Essa concepção de participação discutida pelas lideranças da AMORU concretiza-se na prática cotidiana desses agentes sociais, nas relações sociais estabelecidas. Há evidente preocupação e especial atenção da liderança da associação para que sejam ampliados e assegurados os canais que efetivamente viabilizem a participação. Neste processo, somam-se forças para a consolidação de uma nova ordem social, fundamentada em princípios democráticos em oposição a práticas autoritárias.

Entretanto, a participação emerge neste contexto como um processo social que segundo Souza (1996) “é próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado (...) é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas da existência...” (p.81). Sob esta ótica, conforme a autora, a questão da participação pode ser concebida como questão social, e isso ocorre “à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento” (p. 82). Portanto, o processo participativo é utilizado pelas populações tradicionais como mecanismo de enfrentamento às questões sociais suscitadas pelos determinantes do capital a esses grupos sociais.

Para a liderança da AMORU, é a participação que legitima o processo de organização, e assegura a autonomia da associação na construção de sua história. Desta forma, buscou-se viabilizar a participação dos ribeirinhos em todo o processo de criação da

associação. Um exemplo é a forma como foi conduzida a elaboração do estatuto da associação, conforme se pode observar no relato a seguir:

O estatuto foi elaborado num trabalho nosso com todos os moradores, com a participação de todos. Fizemos reuniões nas comunidades e depois jogamos pra assembléia. Aí o estatuto foi apresentado e foi em termo de votação né? Aquelas coisas que iam prejudicar, aí o povão decidiu tirar do estatuto. Pela derradeira assembléia que nós fizemos agora, tem mudanças no estatuto, o prazo é até novembro né, pra gente botar outras mudanças que tem que ser mudado no nosso estatuto. (Presidente da AMORU).

Apesar da reconstituição de alguns aspectos formais do associativismo, a liderança da AMORU assegura que mesmo o conteúdo do estatuto, aprovado em assembléia e registrado em cartório, pode sofrer mudanças conforme as necessidades e interesses do grupo.

Na abordagem de Evers (1984), discutida no primeiro capítulo deste trabalho, as estruturas não burocratizadas e a democratização dos processos decisórios são algumas das características dos novos movimentos sociais. Tais características podem ser também observadas na AMORU que apresenta uma estrutura simples e adequada à realidade sociocultural local e atende às suas necessidades e seus interesses. Um exemplo a ser citado refere-se aos critérios de organização da diretoria que é composta por representantes de todas as comunidades.

As decisões são coletivas, e cada liderança é responsável por discutir junto com a sua comunidade as questões referentes a AMORU. A rádio-fonia é outro recurso usado pelas lideranças da AMORU para se comunicar com os demais associados e garantir uma maior circulação de informações.

No relato dos entrevistados a associação se configura enquanto instrumento de ação e reúne um conjunto de condições que lhes confere poder para lutar por seus direitos.

A associação em primeiro lugar serve para unir as pessoas, serve pra organizar e procurar seus direitos. Através da associação você tem mais poder de chegar em qualquer órgão público, órgão governamental reidincar [reivindicar] seus direitos e se você não tem uma associação só uma pessoa individual não tem essas condições. (Presidente da AMORU).

Na mesma direção, duas lideranças reforçam a força política da associação, sendo através desta, uma forma de ter seus direitos assegurados e interesses representados em espaços de negociação com as instituições governamentais.

Olha, uma associação [...] visa buscar os direitos de todos.[...] porque ela tando organizada, vai parar com aquele negócio de só eu ir correr atrás do prefeito.[...] a gente tendo uma associação, essas pessoas podem estar diretamente lidando com isso trazendo melhorias, benfeitorias na parte da educação, como na parte da saúde, lazer cultural (Suplente do Conselho Fiscal).

[...] também a AMORU, a gente achava que criando essa associação, a gente poderia se infiltrar nos órgãos governamentais. E de repente com a criação dela nós tamos conseguindo se infiltrar nesses órgãos governamentais e conseguindo já algo, que eles estão reconhecendo tanto o nosso trabalho e vendo que ali [parque] há alguém, e como tem esse alguém, há de se ter um trabalho com esse povo de lá. Quer dizer então, através disso já vai ser um respeito com os moradores que lá estão. (Presidente da AMORU).

Observa-se que a criação da AMORU é mais que um simples ativismo em busca de alguns favores, a participação na associação resgata junto a estes agentes sociais a sua condição de cidadãos. E o acesso e garantia de direitos, passam pelo compromisso coletivo de refletir sobre sua realidade e também agir concretamente para transformá-la. Souza (1996) reforça esta questão quando afirma que é na ação que a consciência mais se desenvolve. :

É na ação que a consciência mais desenvolve sua capacidade de julgamento, criticidade e discernimento da realidade. Algumas ações devem ser implementadas, uma vez que pensar o encaminhamento dessas

ações, os efeitos esperados, os limites é também descobrir a verdadeira dimensão das questões que se tenta resolver através destas ações.(p.156).

Outra questão relevante refere-se ao reconhecimento da força social da organização dos ribeirinhos do rio Unini, que lhes tem garantido maior visibilidade e legitimidade nas relações junto às instituições governamentais. Como sujeito coletivo, a liderança da AMORU tem participado de reuniões junto a órgãos ligados à gestão do PNJ, como IBAMA e Comissão Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), para discutir sobre sua proposta de mudança da categoria de parque nacional para Resex. Isto reflete o amadurecimento da capacidade organizativa dos ribeirinhos do Unini. As relações sociais estabelecidas tanto internamente quanto externamente à AMORU, possibilitam um diálogo mais democrático entre as partes envolvidas, quer seja junto às comunidades ribeirinha do rio Unini, quer seja junto a instituições governamentais como as prefeituras locais ou mesmo o IBAMA, ou ainda junto a parceiros como é o caso da FVA e a CPT.

O processo de organização sociopolítica que atualmente se expressa no Unini, resulta da articulação de determinantes históricos e estruturais, bem como das práticas sociais e experiências cotidianas desses sujeitos sociais. Neste contexto, essa organização se fortalece e legitima porque se baseia na defesa de interesses coletivos .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se analisar a organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas do rio Unini. A investigação centrou-se no processo sócio-organizativo vivenciado por estas comunidades através da Associação de Moradores.

Observa-se na dinâmica particular dessa realidade que o processo de fortalecimento da organização social das comunidades ribeirinhas do rio Unini, legitima-se com a criação da AMORU. E é neste espaço que se articulam interesses comuns e definem-se coletivamente estratégias de enfrentamento dos desafios sociais e ambientais.

É importante salientar que ao afirmar que a AMORU é uma forma legítima de expressão da organização social desses ribeirinhos, não se está excluindo a existência de

outras formas igualmente legítimas de expressão da organização social deste grupo. Entretanto o que se pretende destacar neste trabalho é a relevância sociopolítica deste processo que transcende práticas individualistas e promove o diálogo coletivo, sedimentando a partir de ações refletidas e planejadas, a construção de uma nova realidade social.

Devido à dimensão de suas manifestações interventivas a organização dos ribeirinhos do rio Unini pode ser situada no contexto dos movimentos sociais. Contudo, observa-se que entre as várias modalidades dos movimentos sociais, este que se consolida no rio Unini, pode ser caracterizado como um novo movimento social, com enfoque numa perspectiva ambientalista, tendo em vista que este se volta à garantia do atendimento de necessidades básicas de seus agentes sociais aliadas à defesa do controle de seus recursos produtivos e à conservação ambiental.

Deste modo, a novidade desse sujeito coletivo, revela-se tanto pela proposição de novas formas de organização sociopolítica, quanto por sua emergência na discussão da problemática ambiental, que dentro deste contexto, está relacionada à garantia da conservação dos recursos naturais e do direito de acesso a estes recursos. Leff (2001), discute sobre estes novos movimentos sociais e acrescenta:

A luta das sociedades camponesas e indígenas estão se renovando nesta perspectiva ambientalista. Hoje, a luta por suas identidades culturais, seus espaços étnicos, suas línguas e costumes está entrelaçada com a revalorização de seu patrimônio de seus recursos naturais e culturais. (...) A sustentabilidade ambiental implica um processo de socialização da natureza e o manejo comunitário dos recursos, fundados em princípios de diversidade ecológica e ambiental. (p.82).

Ao discutir a questão ambiental na pauta de reivindicação dos novos movimentos sociais, Leff (2001) ainda reflete sobre a necessidade de existência de uma ética ambiental

baseada na integridade humana, no sentido da vida, na solidariedade social, no re-encantamento da vida e na erotização do mundo. E esta, vincula-se tanto à conservação da diversidade biológica do planeta quanto ao respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana. Estes princípios se conjugam no objetivo de preservar os recursos naturais e envolver as comunidades na gestão de seu ambiente.

É no exercício da cidadania que este movimento se torna autônomo, e se democratiza, à medida que busca romper com o autoritarismo e práticas sociais que reforçam a exclusão social. É nesse processo que esse movimento vai ampliando seu espaço de atuação e consolidando-se enquanto sujeito no cenário sociopolítico.

Neste aspecto, importa salientar que as relações com o Estado, caracterizadas por ações paternalistas, autoritárias e postura de subserviência por parte dos grupos sociais locais, também passam por profundas mudanças. Historicamente, esses ribeirinhos foram submetidos ao isolamento e a inúmeras dificuldades pela carência de políticas sociais que atendessem aos seus interesses, processo que se agravou com a criação da unidade de conservação.

Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de reverter esse processo. O processo de formação das comunidades demonstra o esforço coletivo em organizar-se para garantir o acesso a determinados bens e serviços sociais implementados pelas prefeituras locais. Mesmo reconhecendo a importância política dessa forma de organização, a relação entre comunidade e prefeituras ainda consistia em prestação de favores, e não garantia de direitos. Os serviços municipais adquiridos eram “concedidos” e não parte de um processo de negociação.

A arbitrária e excludente intervenção governamental na área do parque se limitava na maioria dos casos às formalizações do processo de criação e a uma frágil e limitada

administração e fiscalização feita pelo IBAMA, tendo em vista a escassez de recursos financeiros destinados a este trabalho. Tais procedimentos incidiram diretamente na organização sociocultural destes grupos. Esses dois exemplos revelam a natureza das relações mantidas entre os grupos sociais locais e prefeituras e órgão gestor do parque.

Esse quadro está mudando à medida que estes ribeirinhos vão desvendando a realidade social e descobrindo a força social de sua organização. Assim, a AMORU, vai-se constituindo sujeito histórico, assumindo uma postura mais questionadora e propositiva diante de situações de conflito ou espaços de negociações.

Evidencia-se nos discursos das lideranças da AMORU, a clareza quanto aos objetivos da associação e a consciência das estratégias necessárias para alcançá-los. Neste aspecto, a relação com as esferas governamentais baseia-se no diálogo e na negociação de propostas que expressem os interesses e preocupações dos ribeirinhos.

O papel da FVA nesse processo de fortalecimento organizativo no rio Unini foi fundamental, e é reconhecido pelas lideranças da AMORU. Ao longo dos anos de intervenção na área, esta ONG se propôs desenvolver um trabalho participativo junto à população local, por compreender que a presença destes no parque é positiva para a conservação dos seus recursos naturais. Para tanto, buscou criar todas as condições no sentido de potencializar a participação destes grupos sociais na elaboração do Plano de Manejo. Neste sentido, foram realizados encontros de representantes para discussão sobre questões referentes à UC e organização social; mapeamento participativo de uso dos recursos naturais, com vistas ao zoneamento do PNJ; cursos de formação de professores, agentes ambientais, liderança comunitárias; reuniões comunitárias, entre outras atividades.

Diante deste contexto, os trabalhos desenvolvidos pela FVA, as carências de políticas sociais e a acentuação dos problemas sociais no cotidiano dos ribeirinhos, as

restrições quanto ao uso dos recursos naturais impostas pela UC, e a própria dinâmica sociocultural dessas comunidades ribeirinhas, são condicionantes dessa realidade particular. Isto reforça que a organização social no Unini, dinamizada com a criação da AMORU, não pode ser analisada isoladamente.

Deve-se levar em conta a estrutura social onde esta experiência se situa. Souza (1996), ressalta que existe um conjunto de conexões de forças comuns e contraditórias que vão se delineando na realidade social, isto é, os movimentos sociais se geram sempre em situações antagônicas. E a realidade particular da organização sociopolítica que se configura no rio Unini, também é condicionada pela estrutura social onde esta se insere. Porém esta realidade pode ser definida e redefinida de acordo com os interesses, objetivos e lutas dos agentes sociais.

A luta para assegurar a sobrevivência dentro dos parques também pode ocasionar situações de uso inadequado dos recursos naturais, resultando até mesmo na degradação ambiental. Por outro lado, essas condições adversas também contribuem para que estas populações se organizem em busca de melhoria das suas condições de vida.

A problemática ambiental também é social e requer um posicionamento mais definido por parte do Estado na implementação de políticas que promovam a proteção da natureza, mas que assegurem a melhoria das condições de vida das populações que vivem nas UCs, criando canais que promova a participação destas na gestão da área.

Ainda hoje, apesar dos avanços nas discussões sobre a presença humana em UCs, predomina uma visão economicista e preservacionista nas formulações das políticas ambientais, deixando de considerar os interesses, as necessidades e os valores das populações que vivem nas áreas dos parques nacionais.

Nesse sentido a inserção da sociedade organizada nas discussões sobre a questão

ambiental e as políticas sociais e ambientais do Estado, através da atuação e pressão de movimentos sociais, tem contribuído para dinamizar e ampliar os canais de participação nas tomadas de decisão e formulação de políticas sociais e ambientais. Nessa perspectiva, compreende-se que as questões ambientais não podem ser tratadas isoladamente, pois elas se inserem na problemática social e vice-versa, tratando-se, no entanto, de questões sócio-ambientais.

As comunidades ribeirinhas do rio Unini, inseridas no contexto dos movimentos ambientais, têm iniciado uma trajetória de luta e resistência, propondo efetivamente a viabilidade de um projeto de conservação ambiental articulado com as demandas e interesses sociais, entendendo que a relação homem e natureza é complementar e não excludente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (1994). Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões racionais de relação política na Amazônia. *In*: D'INCAO, M.A.;

SILVEIRA, I. M. da. (Orgs.). A Amazônia e a Crise da Modernização. Belém: MPEG. pp. 521-537.

AMMANN, Safira Bezerra. (1991). Movimentos Sociais: unidade na diversidade. *In* Serviço social e Sociedade, Nº 36, Cortez – São Paulo

BRANCO, Francisco. (1993). Crise do Estado-Providência, Universalidade e Cidadania. *In* Serviço Social e Sociedade, 41, Ano XIV, Abril, Cortez – São Paulo.

BOURDIEU, Pierre.(1989). O Poder Simbólico. São Paulo.

BRESSAN, Delmar. (1996). Gestão Racional da Natureza. Ed. Hucitec – São Paulo

CHAUÍ, Marilena Sousa. (1996). Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 8ª ed. Cortez – São Paulo

CHAVES, Mª do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves. (1996) Relatório de Consultoria – FVA. Fundação Vitória Amazônica – Manaus, Amazonas.

_____. (2002). Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade: o estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú. Fundação Vitória Amazônica – Manaus, Amazonas.

_____. (2002). Cidadania e Recursos Hídricos. Curso de Especialização em Planejamento e Gerenciamento de Águas. Universidade do Amazonas - Manaus - Amazonas.

DEMO, Pedro. (1991). Pobreza Política. Cortez – São Paulo. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DIEGUES, Antônio Carlos. (1998). O mito moderno da natureza intocada. 2 ed. Hucitec – São Paulo.

_____. (1996). Avaliação Qualitativa. 5 ed. Autores Associados Campinas – São Paulo

EVERS, Tilman. (1984). Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos, Nº 4, Cebrap – São Paulo.

FALEIROS, Vicente. (1991). O que é política social. 5 ed. Brasiliense – São Paulo.

FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA. (1998). A Gênese de um Plano de Manejo: O Caso do Parque Nacional do Jaú. Manaus. FVA.

_____.(2001).Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade - Área Sócio-Ambiental: o estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais no Parque Nacional do Jaú. M^a do P. S. R. Chaves (coord.); et al. Manaus: FVA.

FURTADO, Celso (1996). O mito do desenvolvimento econômico. – 3 ed. (Coleção Cultura), Paz e Terra – Rio de Janeiro.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. Loyola - São Paulo.

_____. (1997). Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Loyola – São Paulo.

HALL, Stuart (2000). A identidade cultural na pós-modernidade. 4 ed. DP&A – Rio de Janeiro.

HERCULANO, Selene. (1992). Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. *In*: **REVAN**, Mirian Goldenberg (Org.). Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro.

IANNI, Octávio. (1979). Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964 – 1978. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro.

_____. (1995). A sociedade global.. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro.

LAKATOS, Maria, **MARCONI**, Maria de Andrade. (1993). Fundamentos de Metodologia Científica. 3 ed. Atlas – São Paulo.

LEFF, Enrique. (2001). Saber Ambiental.. 2 ed. Vozes – Petrópolis – RJ

LEIS, Héctor Ricardo. (1999). A modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis – RJ: Vozes; Santa Catarina: UFCS.

MARTINS, José de Souza. (1989). Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, (1): 131-148.

MARX, Karl, **ENGELS**, Friedrich. (1984). Ideologia Alemã: Teses sobre Feuerbach. Moraes – São Paulo.

MORAES, Antônio Carlos Robert (2002). Meio ambiente e ciências humanas. 3 ed. Hucitec – São Paulo.

MORIN, Edgar, **KERN**, Anne-Brigitte. (2003). Terra-Pátria. Tradução: Azevedo Neves da Silva. 4 ed. Sulina – Porto Alegre.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. (1995). Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber. Vozes – Petrópolis- Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Marcos Roberto. (2003). Dinâmica Populacional e Mapeamento do Uso dos Recursos Naturais feito pelos Moradores do PNJ, AM.. Dissertação (Mestrado em Ciência do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo.

RELATÓRIO da CMMAD ou Nosso Futuro Comum (1988). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.

SADER, Eder. (1988). Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Paz e Terra – Rio de Janeiro.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1999). Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 6 ed. Cortez- São Paulo.

SCHERER, Warren Ilse, **KRISCHKE**, Paulo J.(orgs.). (1987). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do sul. Ed. Brasiliense – São Paulo.

_____ (1989). Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Ed. da UFSC – Florianópolis.

SILVA, Maria do Rosário F. (1996). A revitalização do local como espaço de reconstituição de uma nova cidadania. (Mimeogr.)

SILVA, José Grasiano da. (1999). Tecnologia e agricultura familiar. Ed. (p. 65 a 85), Universidade/UFRGS – Porto Alegre.

SIMONIAN, Lígia T. L.(org.). (2000). Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. Ed. CEJUP:UFPA – NAGA – Belém.

SOUZA, Maria Luiza de. (1996) Desenvolvimento de comunidade e participação. 6 ed. São Paulo: Cortez,.

TESKE, Ottmar (Coord.). (1999). Sociologia: textos e contextos. Ed. Ulbra – Canoas.